

Relatório Anual 2011

Banco Interamericano de Desenvolvimento



Resenha do Ano



Sumário Financeiro 2007 a 2011

Capital Ordinário

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2011	2010	2009	2008	2007
Destaques operacionais					
Empréstimos e garantias aprovados ^{1,2}	\$10.400	\$12.136	\$15.278	\$11.085	\$ 8.577
Desembolsos de empréstimos ³	7.898	10.341	11.424	7.149	6.725
Amortizações de empréstimos	4.601	5.598	4.542	4.740	5.265
Dados do balanço patrimonial					
Caixa e investimentos, líquido, depois dos swaps	\$13.882	\$16.585	\$20.204	\$16.371	\$16.301
Saldo de empréstimos	66.130	63.007	58.049	51.173	47.954
Parcela dos empréstimos aprovados a desembolsar	23.994	22.357	21.555	19.820	16.428
Total do ativo	89.432	87.217	84.006	72.510	69.907
Saldo de captações, depois dos swaps	58.015	57.874	57.697	47.779	45.036
Patrimônio líquido	19.794	20.960	20.674	19.444	20.353
Dados da demonstração do resultado					
Lucro de empréstimos, depois dos swaps	\$ 1.742	\$ 1.830	\$ 2.002	\$ 2.355	\$ 2.436
Lucro (prejuízo) de investimentos	108	624	831	(973)	487
Despesas de captação, depois dos swaps	462	550	951	1.764	2.135
Lucro (prejuízo) operacional	836	1.252	1.294	(972)	283
Relação					
Entre patrimônio ⁴ total e empréstimos	31,3%	33,4%	34,2%	35,3%	40,2%

Fundo para Operações Especiais

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2011	2010	2009	2008	2007
Destaques operacionais					
Empréstimos e garantias aprovados	\$ 181	\$ 297	\$ 228	\$ 138	\$ 152
Desembolsos de empréstimos	368	398	414	415	393
Amortizações de empréstimos	195	214	220	229	275
Dados do balanço patrimonial					
Caixa e Investimento	\$ 1,212	\$ 1,413	\$ 1,410	\$ 1,355	\$ 1,565
Saldo de empréstimos, líquido ⁵	4,162	4,004	4,317	4,101	3,966
Parcela dos empréstimos aprovados a desembolsar	846	1,038	1,290	1,502	1,783
Total do ativo	6,025	6,112	6,449	6,289	6,305
Saldo do fundo	5,429	5,346	5,907	5,786	5,878
Dados da demonstração do resultado					
Lucro de empréstimos	\$ 68	\$ 74	\$ 83	\$ 91	\$ 90
Despesa com cooperação técnica	(9)	24	23	33	23
Despesa com alívio de dívida	—	484	(3)	—	—
Transferências da Reserva Geral	44	364	122	50	50
Lucro (prejuízo) líquido	20	(792)	(14)	(72)	9

¹ Exclui garantias emitidas no âmbito do Programa de Facilitação do Financiamento de Comércio (TFFP).

² Em 2009, inclui US\$ 800 milhões em cancelamentos de aprovações de empréstimos.

³ Os desembolsos são apresentados após swaps.

⁴ Define-se “patrimônio total” como sendo ações do capital realizado, lucros retidos e as reservas para perdas com empréstimos e garantias, menos os saldos de caixa em moeda local dos países mutuários, deduzidos os valores a receber dos membros (mas não os valores a pagar aos membros) e os efeitos acumulados dos ajustes líquidos de valor justo realizados nas carteiras, exceto as de curto prazo.

⁵ De 2007 a 2008, líquido de provisão para alívio da dívida.

Carta de apresentação

Conforme exigido pelos Estatutos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Diretoria Executiva por este meio envia ao Conselho de Governadores o Relatório Anual do Banco de 2011. O Relatório Anual é composto por um volume impresso intitulado “Resenha do Ano” contendo uma análise das operações do Banco em 2011 (empréstimos, garantias e concessões). A versão eletrônica do Relatório Anual no site www.iadb.org/ar/2011 contém também o conjunto completo de declarações financeiras sobre os recursos do Banco.

28 de fevereiro de 2012

CAPA: Guatemala — o programa de investimento em capital humano *Mi Familia Progres* (MiFaPro) visa reduzir as taxas de desistência na escola primária e subnutrição infantil em comunidades rurais predominantemente indígenas.



Um parceiro para a América Latina e o Caribe

Relatório Anual 2011 Resenha do Ano

O Grupo BID é composto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Interamericana de Investimentos (CII) e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin).

O BID, o maior e mais antigo banco regional de desenvolvimento multilateral regional do mundo, é a principal fonte de financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e no Caribe.

A CII concentra-se no apoio a empresas de pequeno e médio portes, enquanto o Fumin promove o crescimento do setor privado com financiamentos não reembolsáveis e investimentos.

No fim de 2011, o BID tinha aprovado US\$ 207 bilhões em empréstimos e garantias para financiar projetos com investimentos totais superiores a US\$ 438 bilhões, bem como US\$ 4,8 bilhões em financiamentos não reembolsáveis e de cooperação técnica com recuperação contingente.

Os recursos financeiros provêm de seus 48 países membros, de captações nos mercados financeiros e dos fundos fiduciários que administra, além de operações de cofinanciamento. A nota da dívida do BID é a mais alta que existe: AAA

O BID tem sede em Washington, capital dos Estados Unidos, e conta com Representações em todos os 26 países membros da América Latina e do Caribe, além de escritórios em Paris e Tóquio.

PAÍSES MEMBROS

Alemanha, Argentina, Áustria, Bahamas, Barbados, Bélgica, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coreia, Costa Rica, Croácia, Dinamarca, El Salvador, Equador, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Israel, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Noruega, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido, República Dominicana, Suécia, Suíça, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela.

SUMÁRIO

Mensagem do Presidente	1
Diretoria Executiva	4

I. O BID em 2011

Projetos: Aprovações, desembolsos, fluxos líquidos e carteira ativa	7
Introdução ao Mecanismo de Financiamento Flexível	9
Operações sem garantia soberana e do setor privado	12
Operações de financiamento não reembolsável	13
Cofinanciamento	14
Produtos de conhecimento	19

II. Implementação do Nono Aumento Geral de Recursos (BID-9)

23

III. Prioridades setoriais

Política social para capital e produtividade	27
Infraestrutura para a competitividade e o bem-estar social	27
Instituições para o crescimento e bem-estar social	28
Integração competitiva regional e global	29
Meio ambiente, mudanças climáticas e segurança alimentar	30
Desenvolvimento do setor privado	31

IV. Outras áreas vitais

Sociedade civil	33
Eficácia no desenvolvimento	33
Ética e integridade	35
Mecanismo independente de consulta e investigação	37
Auditoria e avaliação	37
Gestão de riscos	37

Demonstrações Financeiras sem Notas e Anexos

Capital Ordinário	40
Fundo para operações Especiais	43
Mecanismo de Financiamento Intermediário	46
Fundo Não Reembolsável do BID	47

Anexos

Conteúdo adicional disponível apenas online

Discussão e análise da administração: Capital Ordinário

Demonstrações financeiras

Quadros e apêndices gerais

O BID mantém sua capacidade de
reposta a uma região que avança



Mensagem do Presidente

Dois mil e onze foi um ano que se destacou de muitas maneiras diferentes. Na frente política, em resposta às manifestações de massa exigindo mudanças democráticas imediatas, vimos a queda de regimes que haviam se mantido no poder por décadas.

No plano econômico, dados os problemas causados por elevados níveis de endividamento em vários países mediterrâneos da Europa, estamos frente à possibilidade da continuação da volatilidade.

No plano social, no contexto dos índices inflexíveis de desemprego das economias desenvolvidas, temos visto milhões de pessoas nas ruas expressando pacificamente o seu descontentamento com o rumo dos acontecimentos.

Em meio a essa complexa situação, a região da América Latina e do Caribe, como um todo, cresceu a uma taxa saudável de 4,3% em 2011 e, agora, responde por aproximadamente 9% da economia mundial. Esse progresso tem sido acompanhado por quedas apreciáveis nos níveis de desemprego e de pobreza.

Em contraste com épocas anteriores, hoje nos descrevem como uma região estável, onde novas oportunidades de investimento e empreendimentos produtivos surgem a cada dia. Outras partes do mundo querem saber mais sobre nossas experiências, seja na transição para a democracia, na gestão da dívida pública ou no projeto e implementação de intervenções inovadoras no setor social.

A região está no caminho certo. Temos economias mais fortes com posições de câmbio sólidas, baixos níveis de endividamento e um setor financeiro sólido e bem regulado. Temos também governos democráticos cada vez mais eficazes na redução da pobreza estrutural, ampliando a cobertura dos serviços públicos e a construção de infraestrutura.

Isso não significa que estamos imunes ao que acontece no resto do mundo. Como ocorre em outras partes do globo, estamos agora em um período de incertezas, enfrentando cenários complexos que dependerão, em parte, da capacidade da Europa de minimizar a instabilidade dos mercados financeiros. Embora haja espaço para otimismo em relação aos acordos na zona do euro, que devem delimitar os desequilíbrios fiscais e dar apoio ao euro, também é verdade que é necessário um esforço contínuo para se retornar a um caminho de crescimento e estabilidade fiscal.

Deste lado do Atlântico, também, espera-se que as dificuldades políticas que têm afetado os esforços para reduzir gradualmente a dívida pública nos Estados Unidos sejam superadas. Uma posição fiscal reforçada facilitará um retorno para o caminho do crescimento mais rápido e uma redução acelerada do desemprego.

A China também pode registrar uma expansão mais moderada do que nos últimos anos. No entanto, as principais tendências globais continuam a registrar uma mudança gradual do poder econômico em direção ao Pacífico.

Estamos vivenciando aquela que pode ser a década da América Latina e do Caribe -- um período de crescimento sustentado e inclusivo para a região. Tendo dito isso, há muito que ainda precisa ser feito. Há riscos que devem ser enfrentados, caso a região queira aproveitar suas realizações e continuar seguindo em frente. O nosso pior inimigo é a complacência.

Pensar que podemos baixar a guarda e diminuir a nossa motivação de reforma seria um erro imperdoável. Continuamos a ser a região com os piores índices de distribuição de renda do mundo. Entre nós, há 174 milhões de pessoas que vivem na pobreza, dos quais 73 milhões são indigentes, ou seja, um em cada sete dos nossos concidadãos não pode garantir sua própria segurança alimentar diária.

Corrigir as disparidades sociais que nos afetam é um enorme desafio, que exigirá esforço de todos por um longo tempo.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento deve ser sensível técnica e financeiramente, a uma região que faz progressos rápidos. Continuar a ser o principal parceiro de desenvolvimento da América Latina e do Caribe na intersecção da região com o mundo requer um compromisso constante com intervenções relevantes, eficientes e efetivas.

Em 2011, fizemos progressos significativos na implementação do Nono Aumento Geral de Capital. Temos o prazer de informar que o banco já cumpriu todos os compromissos previstos para conclusão até o final do ano. A estrutura estratégica e de administração orientada pelo aumento de capital está em pleno funcionamento.

Isso exigiu um enorme compromisso e dedicação por parte da Diretoria Executiva e da Administração. Os muitos dias de trabalho e deliberação resultaram em avanços significativos. As estratégias de setor priorizadas pelo BID-9 foram aprovadas, e diretrizes foram estabelecidas para a sua implementação. A estratégia de desenvolvimento do setor privado e o plano de negócios para operações não soberanas garantidas foram aprovados. Foi desenvolvida a metodologia para a realização de análises de sustentabilidade macroeconômica, incluindo um procedimento para incorporá-las aos exercícios de programação anuais. Revisamos e implementamos a nova Matriz de Eficácia de Desenvolvimento e fortalecemos nossa capacidade para avaliar as operações. Continuamos a implementação do modelo de gestão de renda e a elaboração de orçamentos baseados em resultados. Na área de governança, a Política de Acesso às Informações entrou em vigor; os sistemas de ética, conduta e queixas do Banco foram revisados e a Estratégia de Capital Humano foi aprovada.

Com a implementação dessas importantes realizações de transição, o Banco gerenciou com prudência o financiamento de operações consistentes com as Projeções Financeiras de Longo Prazo. Como resultado, aprovamos 167 projetos no valor de US\$ 10,9 bilhões, incluindo financiamento através do Fundo para Operações Especiais (FSO, Fund for Special Operations) e do programa de financiamento não reembolsável do BID. O programa incluiu 142 projetos de investimento no valor de US\$ 9,2 bilhões. Desses projetos, 46 representaram projetos com garantias não soberanas de US\$ 1,5 bilhão. Foram aprovados sete projetos no total de US\$ 241 milhões, por meio do programa de financiamento não reembolsável para o Haiti. O volume de aprovações de projetos foi consideravelmente superior à média de US\$ 6,1 bilhões para o período 2002-2006, e se aproxima dos US\$ 11,9 bilhões alcançados entre 2007 e 2011. O Banco desembolsou US\$ 8,4 bilhões, US\$ 175 milhões sob o programa de

financiamento não reembolsável do BID. Como resultado, o fluxo líquido de operações para a região foi positivo em US\$ 3,6 bilhões, com um fluxo de caixa de US\$ 1,2 bilhão.

Olhando adiante e seguindo o roteiro de aumento de capital, o Banco enfrenta uma agenda de trabalho intensiva em um contexto global complexo.

O desafio da produtividade é uma questão fundamental para a região. Ainda encontramos muitos gargalos que atuam como um obstáculo para a iniciativa privada e nossas perspectivas de progresso.

Nesse aspecto, nenhuma área é mais importante do que a educação. Estamos superando o desafio de cobertura, especialmente nos ensinos primário e secundário, mas continua pendente a questão crucial da qualidade. De nada serve formar milhares de estudantes se estes não estiverem capacitados para sobreviver em uma economia mundial cada vez mais globalizada. A continuação do progresso exigirá um compromisso de governos, pais e da sociedade civil em geral. O esforço também deve ser orientado para eliminar as lacunas em uma região onde os pobres recebem uma educação sofrível, enquanto as crianças de famílias de maior renda recebem educação de alta qualidade, perpetuando, assim, a desigualdade.

Continuamos bem atrasados em infraestrutura. Embora os investimentos nesse setor tenham aumentado nos últimos anos, ainda não são suficientes para nos deixar em nível de igualdade com outras economias emergentes. Fora isso, a mudança climática evidenciou que temos cidades, portos, pontes e rodovias em locais particularmente vulneráveis, o que exige não apenas que adotemos normas mais rigorosas, mas também que façamos muito mais em termos de recursos.

Há muito a ser feito também em ciência e tecnologia. Os investimentos regionais em pesquisa e desenvolvimento são muito pequenos se comparados com outras regiões. Apesar da mudança no modelo de apoio do governo, ainda precisamos entender que investimentos devidamente direcionados nessa área podem trazer retornos bem elevados.

Na política social, devemos aprimorar nossa capacidade de inovar. Programas de transferência condicional de renda têm sido fundamentais para tirar milhões de pessoas da pobreza, mas há um limite para sua eficácia. Precisamos analisar áreas como a força de trabalho informal ou a criação de mais e melhores empregos como forma de superar as disparidades. É preciso, também, pensar na classe média, que tem crescido tanto nos últimos anos e precisa ser incentivada e não prejudicada por uma carga tributária excessiva. A lição da Europa, que devemos levar em consideração, é a de que sistemas de segurança social sustentáveis são imperativos. A cobertura de



Presidente Luis Alberto Moreno visita um jovem beneficiário do *Plan Ceibal* do Uruguai, que utiliza tecnologia para consolidar melhorias no ensino primário e secundário como parte de uma estratégia de desenvolvimento nacional que enfatiza a inclusão social.

assistência médica precisa ser ampliada e a qualidade dos serviços melhorada, mas os encargos de financiamento não devem recair exclusivamente sobre os orçamentos públicos. Quanto às aposentadorias, sistemas de poupança pessoal são a melhor solução, com a aplicação, no caso dos muito pobres, de princípios de solidariedade para garantir que os idosos possam envelhecer com dignidade.

Esforços para combater a violência, o crime e a corrupção precisam ser redobrados. Também temos muito a fazer para promover o desenvolvimento sustentável, à luz das mudanças climáticas. Independentemente das dificuldades de se obter um consenso global, podemos mostrar ao resto do mundo que os povos da América Latina e do Caribe são capazes de tratar de forma direta de questões de segurança dos cidadãos, governança e sustentabilidade.

A América Latina e o Caribe não podem continuar plácidos frente ao progresso alcançado nos últimos anos. Nem o Banco. Estamos otimistas, mas também realistas, e sabemos que o caminho à frente não será fácil. Em 2012, o BID renova o seu compromisso de trabalhar para garantir que as pessoas da América Latina e do Caribe conquistem, o quanto antes, um padrão de vida muito mais elevado – o padrão de vida que querem e merecem.

Luis Alberto Moreno

Presidente

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Diretoria Executiva

Os acionistas do BID — os 48 países membros — são representados pela Assembleia de Governadores, autoridade máxima do Banco. Os Governadores delegam boa parte de seus poderes à Diretoria Executiva, cujos 14 membros elegem ou nomeiam para cumprir mandatos de três anos. Os Diretores Executivos representantes dos Estados Unidos e Canadá representam apenas seus próprios países; todos os outros representam grupos de países. A Diretoria Executiva também conta com 14 Suplentes, que detêm total poder de decisão na ausência do titular.

A Diretoria Executiva é responsável pelas operações do Banco no dia a dia. Estabelece as políticas da instituição, aprova projetos, determina as taxas de juros dos empréstimos do Banco, autoriza captações nos mercados de capitais e aprova o orçamento administrativo da instituição. O trabalho da Diretoria Executiva é guiado por seu Regulamento e seu Código de Ética. As pautas e atas das reuniões da Diretoria Executiva e de seus comitês permanentes são documentos públicos.



Mattia Adani

Alemanha, Bélgica, China, Israel,
Itália, Países Baixos, Suíça



Muriel Alfonseca

República Dominicana, México



Gustavo Arnavat

Estados Unidos



Yasuhiro Atsumi

República da Coreia, Croácia,
Eslovênia, **Japão**, Portugal,
Reino Unido



Orla Bakdal

Áustria, **Dinamarca**, Espanha,
Finlândia, França, Noruega, Suécia



Adina Bastidas

Panamá, Venezuela



Richard Bernal

Bahamas, Barbados, Guiana,
Jamaica, Trinidad e Tobago



Martín Bès

Argentina, Haiti



Marcelo Bisogno

Bolívia, Paraguai, **Uruguai**



Kurt Johnny Burneo Farfán

Colômbia, Peru



Antonio De Roux

Panamá, Venezuela



Eugenio Díaz-Bonilla

Argentina, Haiti



Gerry Duffy
Croácia, Eslovênia, Japão,
Portugal, República da Coreia,
Reino Unido



Alejandro Foxley Tapia
Chile, Equador



Kurt M. A. Kisto
Bahamas, Barbados, Guiana,
Jamaica, **Trinidad e Tobago**



Luis Hernando Larrazábal
Bolívia, Paraguai, Uruguai



Carmen María Madríz
Belize, **Costa Rica**, El Salvador,
Guatemala, Honduras, Nicarágua



Ulrike Metzger
Alemanha, Bélgica, China, Israel,
Itália, Países Baixos, Suíça



Carol Nelder-Corvari
Canadá



María Pérez Ribes
Áustria, Dinamarca, **Espanha**,
Finlândia, França, Noruega, Suécia



Sérgio Portugal
Brasil, Suriname



Roberto Prieto Uribe
Colômbia, Peru



Cecilia Ramos Ávila
República Dominicana, **México**



Xavier Eduardo Santillán
Chile, Equador



Vinita Watson
Canadá

**Infraestrutura melhora a
qualidade da vida diária**





I. O BID em 2011

Projetos: Aprovações, desembolsos, fluxos líquidos e carteira ativa

Este foi um ano de transição: o Banco gerenciou as fontes de financiamento para operações com cuidado e prudência compatíveis com as Projeções Financeiras de Longo Prazo (LTFP), aguardando a conclusão bem-sucedida e oportuna do processo de subscrição para o Nono Aumento Geral de Recursos (BID-9).

Nesse contexto, em 2011, o Banco aprovou um programa de 167 projetos num total de US\$ 10,9 bilhões em financiamentos. Esse programa incluiu 142 projetos de investimentos no total de US\$ 9,2 bilhões, 46 deles em operações garantidas não-soberanas e garantias totalizando US\$ 1,5 bilhão, além de sete operações totalizando US\$ 241 milhões aprovados nos termos do crédito de financiamento não reembolsável do BID. Adicionalmente, 25 empréstimos baseados em políticas foram aprovados no valor de US\$ 1,7 bilhão. Desse total, US\$ 1,6 bilhão provieram do Capital Ordinário (OC), US\$ 62 milhões do Fundo para Operações Especiais (FSO, Fund for Special Operations) e US\$ 35 milhões do crédito de financiamento não reembolsável do BID para o Haiti.

Em média, as aprovações aumentaram aproximadamente 100% nos últimos cinco anos, se comparadas aos resultados do quinquênio anterior. A média anual de aprovações aumentou de US\$ 6,1 bilhões (2002–2006), para US\$ 11,9 bilhões no período 2007–2011. Esses resultados demonstram compromisso firme do Banco para aumentar os créditos para a região.

Por grupo de países, 48% de todos os recursos aprovados foram para países do grupo A, 12% para o grupo B, 14% para o grupo C, 21% para o grupo D, e projetos regionais respondem pelos 5% restantes (Veja tabela nesta página dos grupos de países).

Em 2011, o Banco manteve-se como a principal fonte de financiamento multilateral para a América Latina e o Caribe, particularmente em termos de apoio para os países dos grupos C e D.

Aprovações por setor. Em 2011, 62% dos financiamentos aprovados tiveram como foco os programas setoriais de infraestrutura e meio ambiente, 29% o fortalecimento da capacidade institucional e de finanças, 9% os programas sociais setoriais e 1% os programas setoriais de comércio e integração. Em termos de número de projetos, 43% das novas operações foram aprovados para os setores de infraestrutura e meio ambiente, 37% para o fortalecimento institucional e financeiro, 13% para os setores sociais e 7% para integração e comércio (Figura 1).

Desembolsos. Em 2011, o Banco desembolsou um total de US\$ 8,4 bilhões, dos quais US\$ 175 milhões correspondem ao crédito de financiamento não reembolsável do BID para o Haiti. Embora inferior aos níveis de 2009 e 2010, o número manteve a tendência de alta dos desembolsos observados antes da crise.

Grupos de países do BID

Os sete países dos grupos A e B são definidos como aqueles com economias relativamente grandes, com PIB superior a US\$ 127 bilhões. As economias dos 19 países dos grupos C e D são menores, mais vulneráveis, com PIB inferior a US\$ 55 bilhões.

Grupo A

Argentina
Brasil
México
Venezuela

Grupo B

Chile
Colômbia
Peru

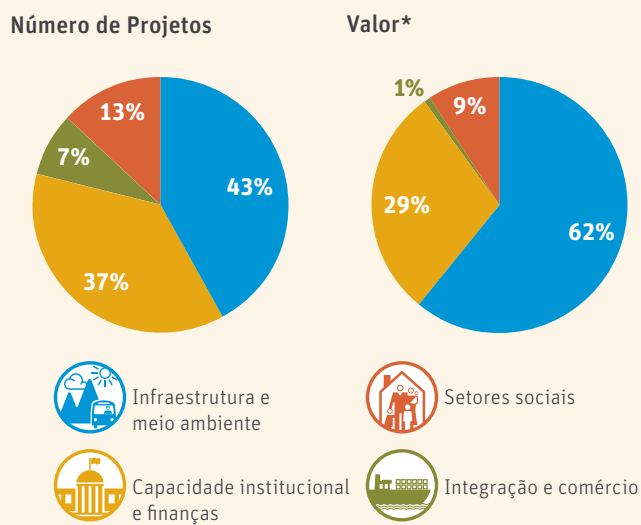
Grupo C

Barbados
Bahamas
Costa Rica
Jamaica
Panamá
Suriname
Trinidad
e Tobago
Uruguai

Grupo D

Belize
Bolívia
República Dominicana
El Salvador
Equador
Guatemala
Guiana
Haiti
Honduras
Nicarágua
Paraguai

Figura 1. Aprovações por setor de 2011



* Os totais podem não corresponder devido ao arredondamento.

Fluxo de caixa líquido. Em 2011, o fluxo líquido de empréstimos para a região foi positivo em US\$ 3,6 bilhões. Além disso, o fluxo de caixa líquido para a região foi positivo em US\$ 1,2 bilhão. O último valor baseia-se nos recursos desembolsados, menos pagamentos agendados do principal (US\$ 4,5 bilhões), pagamentos antecipados (US\$ 287 milhões), pagamentos de juros e encargos (US\$ 2,3 bilhões) e US\$ 147 milhões em conversões nos termos de crédito em moeda local. Os desembolsos para o fluxo de entrada para a região foram de US\$ 1,4 bilhão.

Carteira ativa. No final de 2011, a carteira ativa do Banco de projetos com garantia soberana (SG) em execução era formada por 591 operações com um saldo não desembolsado de US\$ 22,6 bilhões. Do total de recursos não desembolsados, 63% correspondia ao setor de infraestrutura e meio ambiente, 21% para programas financeiros e de capacidade institucional e 16% para programas do setor social.

Em termos de desempenho, 64% da carteira ativa de projetos com garantia soberana foram classificados como “satisfatórios”, 23% estavam na lista de observação (status de “alerta”) e 13% receberam a rubrica “problema”. Projetos com status “problema” ou “alerta” foram monitorados durante todo o ano para identificar e implementar ações necessárias para melhorar a execução. As razões mais comuns para categorizar um projeto como “problema” incluíram: (a) atrasos nos processos de licitação; (b) defeitos na concepção dos projetos; (c) projeções otimistas nos números de planejamento anual; (d) falta de clareza nos processos ou procedimentos administrativos do Banco por parte do órgão executor.

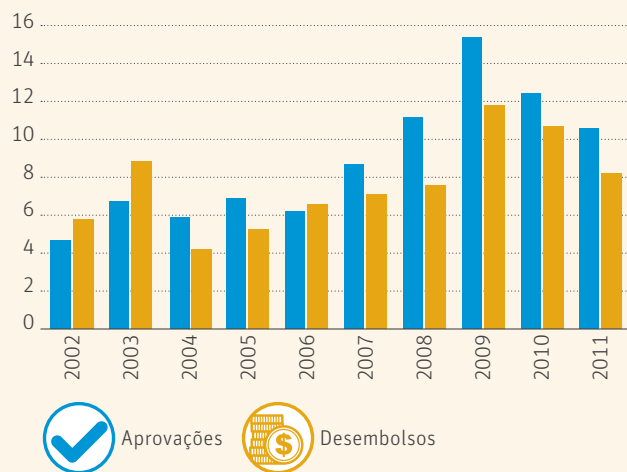
Durante o ano, o Banco se envolveu em um esforço sustentado para apoiar a execução do projeto. Nesse aspecto, a inovação mais

significativa foi a implantação obrigatória da metodologia de gestão de riscos de projeto para empréstimos com garantia soberana. Um programa de treinamento foi projetado e implementado para o pessoal operacional. No total, 751 consultores e funcionários receberam treinamento em 53 clínicas especializadas e oito sessões informativas realizadas entre março e julho. A partir de julho de 2011, a aplicação dos novos procedimentos tornou-se obrigatória para todas as operações SG, financiamentos não reembolsáveis ao Haiti e as ajudas de investimento acima de US\$ 3 milhões. Os novos procedimentos para identificar e gerir os riscos de projeto foram integrados a outros sistemas existentes do Banco, tais como o Relatório de Monitoramento de Progresso (PMR) e o plano de supervisão. A partir de 2012, as novas informações de risco permitirão que funcionários do Banco concentrem mais esforços e recursos em projetos com mais risco.

Além disso, em março de 2011 o Banco instituiu o primeiro ciclo de revisão anual do PMR. O Escritório de Planejamento Estratégico e Eficácia no Desenvolvimento (SPD, Strategic Planning and Development Effectiveness) examinou 580 PMRs de projetos com garantia soberana para aprimorar o seu conteúdo e melhorar o controle das operações. Uma nova versão do sistema PMR, automatizada, mais fácil de navegar, também foi lançada em 2011, com tempos de resposta mais rápidos, portal de anúncios e outras funcionalidades para reunir e facilitar a análise de dados. Uma das novidades é a capacidade de identificar indicadores de resultado e saída incluídos na estrutura de resultados do BID-9, o que facilita a agregação de dados para medir o progresso em direção ao conjunto de metas. Em conformidade com a nova política de acesso a informações, os PMRs são publicados no site do Banco.

Figura 2: Aprovações e Desembolsos 2002–2011

(Em bilhões de dólares dos Estados Unidos)



Aprovações



Desembolsos



Uruguai — um empréstimo de US\$ 28 milhões aprovado em 2011 busca melhorar a produtividade rural em quantidade e qualidade, com atenção específica nas questões de mudança climática e sustentabilidade.

Introdução ao Mecanismo de Financiamento Flexível

Nos últimos anos, o Banco tem se comprometido no desenvolvimento e fornecimento de produtos financeiros flexíveis baseados no mercado para os tomadores de empréstimos do BID, para reforçar ainda mais as suas estratégias de gerenciamento ativo-passivo. De acordo com esta estratégia, em 2011 o Banco lançou o Mecanismo de Financiamento Flexível (FFF, Flexible Financing Facility) que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2012 e, a partir dessa data, tornou-se a única plataforma de produto financeiro para aprovar todos os novos empréstimos de Capital Ordinário com garantia soberana.

Com as opções inclusas nos empréstimos FFF, os tomadores de empréstimo podem adaptar as condições financeiras na aprovação ou durante o prazo do empréstimo, de acordo com considerações operacionais e disponibilidade do mercado. A plataforma FFF permite aos tomadores de empréstimo: (i) gerenciar moeda, taxa de juros e outros tipos de exposições; (ii) resolver as necessidades de alteração de projeto personalizando as condições de amortização do empréstimo para gerenciar melhor os riscos de liquidez; (iii) gerenciar empréstimos de produtos financeiros descontinuados, e (iv) executar hedges com o Banco no nível de carteira de empréstimos.

Uma estratégia de comunicação ampla foi implementada para promover o produto FFF. Materiais de marketing direcionados e baseados na internet foram desenvolvidos para

garantir a conscientização e a compreensão do produto FFF pelos funcionários e tomadores, incluindo: (i) o desenvolvimento de um novo Portal na internet para divulgar informações sobre FFF em três idiomas; (ii) o desenvolvimento de folhetos de marketing fáceis para download em três idiomas, que podem ser acessados igualmente pelos tomadores de empréstimos e funcionários, e (iii) desenvolvimento de procedimentos operacionais acessíveis aos tomadores de empréstimos para facilitar a compreensão dos novos recursos de FFF e como fazer uso deles.

Além disso, a implementação de FFF exigiu amplas atividades de marketing e uma estratégia ampla de mobilização de recursos do Banco. Esforços de divulgação e sensibilização significativos, específicos e eficazes em todos os níveis do Banco tem sido fundamentais para alcançar o maior número possível de funcionários a curto prazo e com eficiência máxima de recursos. Em 2012, o Banco divulgará os termos do FFF a funcionários de alto escalão do governo. Para divulgar ativamente o FFF, as informações serão comunicadas a todos os escritórios de dívida pública da região.

Para obter informações adicionais sobre aspectos financeiros das atividades do Banco em 2011, consulte as demonstrações financeiras básicas no Capítulo V e o documento Discussão e análise e demonstrações financeiras da administração, online neste endereço <http://www.iadb.org/ar/2011/>.



República Dominicana — os recursos do Banco têm proporcionado capacitações para melhorar a vida diária e apoio na colocação empregatícia para mais de 57.000 jovens em risco no país. Um empréstimo de 2011 deve beneficiar mais 24.000 jovens, com uma taxa de inserção empregatícia de 80%.

QUADRO I. APROVAÇÕES EM 2011 POR SETOR¹

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Setor	Número de Projetos	Valor	%
Agricultura e desenvolvimento rural	11	\$ 565	5
Energia	22	1.585	15
Proteção ambiental e desastres naturais	8	410	4
Turismo	3	115	1
Transportes	11	2.249	21
Água e saneamento	16	1.788	16
Subtotal de infraestrutura e meio ambiente	71	6.711	62
Mercados de capital	22	707	6
Indústria	2	252	2
Microempresas	2	52	0
Crédito multissetorial e pré-investimento	2	55	1
Desenvolvimento do setor privado	2	31	0
Reforma/modernização do Estado	24	1.226	11
Desenvolvimento urbano e habitação	8	841	8
Subtotal de finanças e capacidade institucional	62	3.163	29
Integração e comércio	13	94	1
Subtotal de integração e comércio	13	94	1
Educação	5	465	4
Saúde	5	128	1
Ciência e tecnologia	—	—	0
Investimento social	11	350	3
Subtotal setores sociais	21	943	9
Total	167	\$ 10.911	

¹ Os totais podem não corresponder devido ao arredondamento.

QUADRO II. EMPRÉSTIMOS E DESEMBOLSOS NO ANO (2011) E ACUMULADOS (1961-2011) ^{1,2}

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

País	CUSTO TOTAL DOS PROJETOS			EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS APROVADOS ⁴						DESEMBOLSOS					
	Montante total		2011	Montante total		2011	Fundo para Operações Especiais		Capital Ordinário	Fundo em administração ³		Montante total	Fundo para Operações Especiais		Fundo em administração ³
	1961-2011	1961-2011		1961-2011	1961-2011		1961-2011	1961-2011		1961-2011	1961-2011		1961-2011	1961-2011	
	2011	1961-2011		2011	1961-2011		2011	1961-2011		2011	1961-2011		2011	1961-2011	
Argentina	\$ 1.682,7	\$ 57.129,3	\$ 1.312,7	\$ 31.434,1	\$ 30.740,0	\$ 644,9	\$ 49,2	\$ 1.268,5	\$ 27.265,7	\$ 26.571,6	\$ 644,9	\$ 49,2	\$ 27.265,7	\$ 26.571,6	\$ 644,9
Bahamas	131,0	920,5	131,0	622,4	620,4	—	2,0	57,0	477,3	475,3	—	2,0	57,0	477,3	—
Barbados	70,0	997,9	70,0	696,4	635,7	41,7	19,0	77,8	536,7	476,0	41,7	19,0	77,8	536,7	41,7
Belize	10,8	253,8	10,0	183,7	183,7	—	—	10,2	139,4	139,4	—	—	10,2	139,4	—
Bolívia	290,3	7.062,0	259,1	4.646,1	1.961,9	2.612,0	72,2	176,9	3.966,3	1.549,3	2.344,8	72,2	176,9	3.966,3	2.344,8
Brasil	4.656,5	117.877,2	2.188,0	42.004,6	40.314,4	1.555,9	134,3	757,8	35.418,6	33.728,4	1.555,9	134,3	757,8	35.418,6	33.728,4
Chile	96,1	15.325,8	91,8	6.472,2	6.221,1	206,3	44,8	50,8	6.172,4	5.921,3	206,3	44,8	50,8	6.172,4	5.921,3
Colômbia	785,2	31.955,4	785,2	18.184,7	17.330,6	767,6	86,5	692,4	16.863,5	16.029,4	767,6	86,5	692,4	16.863,5	16.029,4
Costa Rica	187,8	6.292,3	132,4	3.642,1	3.133,7	371,2	137,2	174,2	2.920,0	2.411,6	371,2	137,2	174,2	2.920,0	2.411,6
El Salvador	274,3	6.500,6	263,1	4.562,9	3.609,9	806,2	146,8	203,8	4.137,7	3.184,8	806,2	146,8	203,8	4.137,7	3.184,8
Ecuador	609,5	11.054,2	568,8	6.837,3	5.744,5	998,1	94,7	452,2	5.705,2	4.619,5	998,1	94,7	452,2	5.705,2	4.619,5
Guatemala	55,5	6.072,6	50,3	4.450,5	3.651,3	729,5	69,7	219,0	3.849,8	3.072,0	708,1	69,7	219,0	3.849,8	3.072,0
Guiana	17,8	1.433,0	17,0	1.232,9	209,2	1.016,8	6,9	51,6	1.096,4	166,3	923,2	6,9	51,6	1.096,4	166,3
Haiti	—	1.774,4	241,0	2.018,3	—	1.154,3	864,0	174,8	1.537,7	—	1.154,3	864,0	174,8	1.537,7	—
Honduras	185,2	5.560,1	172,0	3.728,3	1.200,5	2.462,7	65,1	286,0	3.161,9	856,7	2.240,0	65,1	286,0	3.161,9	856,7
Jamaica	328,0	4.209,4	328,0	3.244,9	2.871,8	174,2	198,9	131,4	2.862,6	2.489,6	174,2	198,9	131,4	2.862,6	2.489,6
México	3.009,7	63.266,2	1.638,3	30.093,4	29.376,9	559,0	157,5	1.567,5	27.178,0	26.531,5	559,0	157,5	1.567,5	27.178,0	26.531,5
Nicarágua	171,8	4.679,7	107,0	3.167,0	651,8	2.447,2	68,0	173,0	2.802,6	472,0	2.263,4	68,0	173,0	2.802,6	472,0
Panamá	258,8	12.775,8	228,2	4.054,3	3.716,7	296,2	41,4	228,8	3.089,4	2.751,8	296,2	41,4	228,8	3.089,4	2.751,8
Paraguai	294,4	4.055,4	170,0	3.000,4	2.298,1	690,0	12,3	91,4	2.424,6	1.773,1	639,2	12,3	91,4	2.424,6	1.773,1
Peru	1.594,4	22.851,0	450,0	10.241,9	9.580,0	440,8	221,1	242,4	9.584,0	8.922,1	440,8	221,1	242,4	9.584,0	8.922,1
República Dominicana	608,9	6.374,1	464,8	4.668,9	3.826,5	753,4	89,0	354,5	4.069,1	3.226,7	753,4	89,0	354,5	4.069,1	3.226,7
Suriname	80,0	411,3	80,0	292,5	286,1	6,4	—	82,8	221,0	216,2	4,8	—	82,8	221,0	216,2
Trinidad e Tobago	290,0	2.214,2	290,0	1.657,1	1.601,3	30,6	25,2	241,9	1.467,6	1.411,8	30,6	25,2	241,9	1.467,6	1.411,8
Uruguai	353,4	7.024,9	317,6	5.537,4	5.391,4	104,2	41,8	177,2	4.913,7	4.767,7	104,2	41,8	177,2	4.913,7	4.767,7
Venezuela	145,0	19.131,0	120,0	7.229,0	7.054,7	101,4	72,9	381,7	5.862,0	5.687,7	101,4	72,9	381,7	5.862,0	5.687,7
Regional	1.699,6	21.093,9	425,0	4.076,5	3.828,9	233,6	14,0	119,0	3.066,5	2.818,9	233,6	14,0	119,0	3.066,5	2.818,9
TOTAL	\$17.886,7	\$438.296,0	\$10.911,3	\$207.979,8	\$186.041,1	\$19.204,2	\$2.734,5	\$8.444,6	\$180.789,7	\$160.270,7	\$18.355,8	\$2.163,2	\$8.444,6	\$180.789,7	\$160.270,7

¹ Os valores acumulados refletem cancelamentos e ajustes cambiais. Devido ao arredondamento, os totais podem não corresponder exatamente à soma das parcelas.

² Inclui empréstimos sem garantia soberana, líquido de participações, e garantias, o que for aplicável.

³ Inclui os financiamentos do Fundo Não Reembolsável do Banco.

⁴ Não inclui linhas de crédito autorizadas e as garantias aprovadas nos âmbito do Programa de Facilitação do Financiamento de Comércio.

Operações sem garantia soberana e do setor privado

Em 2011, o Banco aprovou 46 operações sem garantia soberana (NSG) no valor total de US\$ 1,5 bilhão, incluindo oito empréstimos de US\$ 41,8 milhões nos termos do Programa de Facilitação do Financiamento de Comércio (TFFP). Além disso, 15 novas linhas de financiamento foram aprovadas de acordo com o programa TFFP no total de US\$ 235 milhões. Ainda, a Corporação Interamericana de investimentos (CII) aprovou 71 projetos no total de US\$ 464,7 milhões.

Em 2011, o **Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo (SCF, Structured and Corporate Financing Department)** articulou uma nova visão departamental que, em consonância com as prioridades do BID-9, concentra-se em três objetivos para os próximos cinco anos: melhorar o nível de vida de 15 milhões de pessoas, apoiar investimentos de US\$ 10 bilhões voltados à mudança climática e atender às necessidades de financiamento de 250.000 pequenas e médias empresas. Desde então, o SCF criou uma estrutura estratégica que se traduz em áreas de ação prioritárias necessárias para cumprir esta visão.

O conjunto de aprovações do SCF em 2011 totalizou 35 projetos (empréstimos e garantias) no valor de US\$ 1,4 bilhão, dos quais 36% estavam em países dos Grupos C e D. No final do ano de 2011 os desembolsos totalizaram US\$ 597 milhões. As aprovações de projeto só se traduzem em impacto se chegarem

ao fechamento financeiro. Em 2011, o SCF fechou com êxito 20 transações para empréstimos de US\$ 565 milhões em empréstimos A e US\$ 397 milhões em empréstimos B.

Sob o Programa de Facilitação do Financiamento de Comércio (TFFP), o Banco aprovou oito empréstimos A no montante de US\$ 41,8 milhões, 15 novas linhas de crédito não confirmadas e aumentos totalizando US\$ 235 milhões. Nos termos do mesmo programa, o Banco desembolsou US\$ 46,9 milhões em empréstimos e emitiu US\$ 621,2 milhões em garantias.

A **Corporação Interamericana de Investimentos (CII)** aprovou 71 projetos no total de US\$ 465 milhões, bem acima do montante de aprovações previsto para o ano. Além disso, a CII desembolsou US\$ 400 milhões em empréstimos e investimentos societários em 2011. Esse montante ultrapassou a meta de desembolso prevista de US\$ 350 milhões para o ano. Além disso, a CII mobilizou adicionalmente US\$ 463 milhões em empréstimos B e desembolsos de capital.

O interesse no programa de assistência técnica FINPYME foi forte e mais de 1.200 empresas beneficiárias participaram, principalmente no programa ExportPlus. O FINPYME também realizou quase 400 diagnósticos de pequenas e médias empresas para ajudar a melhorar a gestão financeira e organizacional.

O trabalho do **Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin)** em 2011 concentrou-se em três áreas principais: Acesso a

Nicarágua — por um empréstimo sem garantia soberana de US\$ 40 milhões para a empresa PENSA, o BID ajudará o desenvolvimento do que será uma usina geotérmica de 72 MW, na conclusão do projeto. Os recursos geotérmicos renováveis contribuirão para compensar o uso de fontes de eletricidade de combustível fóssil e reduzir as emissões de carbono.





El Salvador — o Market Solutions for Social Change Fund (fundo de soluções do mercado para mudança social), uma iniciativa do setor Oportunidades para a Maioria do Banco, está ajudando a empresa social VisionSpring a proporcionar óculos a pessoas de baixa renda por todo o país.

financiamento, acesso a mercados e acesso a serviços básicos. O Fumin tem procurado cada vez mais cuidar dos pobres e medir o impacto de programas aos beneficiários finais, quer sejam famílias de baixa renda ou pequenas e médias empresas. Na área de acesso a mercados, o Fumin realizou iniciativas importantes para trazer os pobres às cadeias de valor inclusivo.

Em 2011, 74 projetos foram aprovados no total de US\$ 108,2 milhões, 64 dos projetos foram subsídios de cooperação técnica e dez combinaram operações e financiamentos não reembolsáveis de investimento. Os projetos do Fumin aproveitaram recursos financeiros adicionais, totalizando mais de US\$ 285 milhões. Quase metade dos projetos e recursos aprovados para programas nacionais em 2011 beneficiou os países dos Grupos C e D (US\$ 60,1 milhões, 58% dos recursos aprovados). No final de 2011, o Fumin tinha uma carteira ativa de 671 operações para um montante aprovado de US\$ 710 milhões.

Em 2011, sete projetos foram aprovados nos termos do Programa de Empreendedorismo Social (SEP), no valor total de US\$ 6,8 milhões, utilizando recursos do OC e do Fundo Espanhol para esse programa. Estes projetos combinaram empréstimos de longo prazo e componentes de cooperação técnica para melhorar o acesso das populações agrícolas e pequenos produtores aos serviços financeiros, assistência médica e mercados da cadeia de valor em coordenação com empresas e organizações do setor privado. Noventa por cento dos recursos do SEP foram alocados em países C e D.

A iniciativa **Oportunidades para a Maioria (OMJ)**, focada no desenvolvimento de projetos inovadores baseados no mercado para comunidades de baixa renda, tem um total de 32 projetos aprovados, com compromissos totalizando US\$ 190,2 milhões. Em 2011, 11 projetos foram aprovados no total de US\$ 48,4 milhões — que representa um aumento aproximado de 7% sobre o nível de aprovações de 2010. Os novos projetos beneficiarão 15 países. Para aumentar o impacto de suas operações, a OMJ, em coordenação com a unidade de sindicalização de Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo, angariou US\$ 6,5 milhões em empréstimos B para os seus projetos em 2011.

Operações de financiamento não reembolsável

Em julho, após uma revisão profunda da estratégia de conhecimento e desenvolvimento de potencial do Banco, o grupo de trabalho que no final de 2010 tinha recebido a tarefa de recomendar alterações de política lançou seu documento operacional final, as Diretrizes operacionais para produtos de cooperação técnica. Essas diretrizes fornecem uma abordagem inovadora para cooperação técnica de processamento construída em torno de seis conceitos: (i) taxonomia do produto; (ii) financiamento estratégico; (iii) programação; (iv) preparação, processamento e aprovação; (v) execução e (vi) acompanhamento e avaliação.

As novas diretrizes estabelecem três categorias de cooperação técnica: (i) suporte operacional ou projetos que contribuam

para a preparação, execução ou avaliação de um empréstimo ou garantia; (ii) apoio ao cliente ou projetos não vinculados a um produto financeiro, mas solicitados por um país membro tomador de empréstimo ou cliente do setor privado e (iii) pesquisa e divulgação ou produtos de conhecimento e atividades de divulgação originados no Banco.

As aprovações de financiamento não reembolsável, incluindo financiamentos não reembolsáveis de investimento, atingiram o total de US\$ 404 milhões em 2011. Se comparado ao mesmo período de 2010, temos uma redução de 27%. Este resultado é principalmente devido à reduzida disponibilidade de recursos, especialmente aqueles do fundo de cooperação espanhola para água e saneamento. Se apenas operações de assistência técnica fossem consideradas, o nível das aprovações seria semelhante ao dos anos anteriores. Em 2011, o porte médio das operações manteve-se em cerca de US\$ 500.000 (excluídas as operações de financiamento não reembolsável de investimento).

Os desembolsos de financiamentos não reembolsáveis em 2011 chegaram a US\$ 238 milhões, 42% a mais do que em 2010. Em geral, a qualidade da carteira de financiamento não reembolsável melhorou, como evidenciado por uma redução de 15% nas operações com problemas de execução. No final de 2011, a carteira de financiamentos não reembolsáveis tinha 1.538 operações para um montante aprovado de US\$ 1,6 bilhão, dos quais 30% tinha sido desembolsado.

Em 2011, foram aprovados três novos programas/financiamentos não reembolsáveis especiais: *Fundo de Empreendedorismo Social (SEF)*, *Programa CT/Intra* e o *Programa para Países Pequenos e Vulneráveis* com duas frentes: Plano de Ação para países C e D e Países classificados para o fundo de operações especiais (FSO).

Igualmente, o Fundo para crises no preço de alimentos foi ampliado e o seu escopo modificado de assistência às crises existentes para a prevenção de crises futuras e, subseqüentemente, o seu nome foi alterado para Fundo de segurança alimentar. Também houve avanço em 2011 relativo à elaboração de dois programas/financiamentos não reembolsáveis especiais adicionais: (i) Cidades emergentes sustentáveis e (ii) Segurança dos cidadãos e prevenção da criminalidade.

Com relação aos fundos fiduciários de doadores, o Fundo fiduciário de parceria para a redução da pobreza na América Latina (AusAID-MIF Partnership Trust Fund for the Reduction of Poverty in Latin America)(AUS), o primeiro fundo fiduciário de doadores do governo da Austrália, foi aprovado em 2011. Este fundo cofinanciará operações do Fumin, que promove o acesso a serviços financeiros, mercados e serviços básicos, e recebeu a sua primeira contribuição de A\$ 5 milhões. O governo da Austrália prometeu A\$ 5 milhões em contribuições adicionais nos próximos três anos.

O BID também aprovou a proposta de criar o Fundo regional para integração de infraestrutura (FIRII+, Regional Infrastructure Integration Fund) de multidoadores, que acompanhará o Programa/financiamento não reembolsável especial do OC (FIRII, Special Program/Grant from OC), adicionando uma janela de doadores. Este fundo irá complementar a ênfase do FIRII na preparação de projetos de “hardware” (investimentos em infraestrutura) através do financiamento de melhorias de “software” para facilitar o avanço da logística de comércio regional e cadeias de suprimentos. México, Canadá e os Estados Unidos prometeram contribuições, e o fundo deverá atingir US\$ 20 milhões após serem consideradas as contribuições de todos os doadores.

O Banco também firmou dois acordos de empréstimos conjuntos e um credenciamento do Banco Mundial, segundo o qual o BID atuará como agência de implementação de dois fundos. O primeiro é o fundo estratégico do clima (SCF, Strategic Climate Fund), que representa o segundo dos fundos de investimento em clima, que complementa o fundo de tecnologia limpa (CTF, Clean Technology Fund). O SCF serve como um fundo universal que apoiará projetos-piloto escolhidos com potencial de escalonamento, ação transformacional destinada a desafios de mudança climática específicos. O segundo é o fundo de investimento Guyana Redd+ (GRIF, Guyana REDD+ Investment Fund), com financiamentos da Noruega, que ajudará os países membros mutuários tomadores de empréstimos a reduzir as emissões de gases com efeito estufa resultantes do desmatamento. O BID também obteve credenciamento para o fundo para adaptação (AF, Adaptation Fund), que oferece acesso a financiamento aos países mais vulneráveis da região, destinado a resolver os impactos de mudança do clima, atuais e previstos. A parceria com o AF dará continuidade ao trabalho de adaptação do Banco e cuidará da demanda crescente por iniciativas relacionadas à adaptação em toda a região.

Cofinanciamento

Para permitir uma maior capacidade de financiamento dos fundos fiduciários de doadores e programas/financiamentos não reembolsáveis especiais do OC, o Banco continuou a negociar acordos com doadores para o cofinanciamento de projetos específicos. Em 2011, o Banco atingiu o total de US\$ 2 bilhões em cofinanciamento paralelo, totalizando 56 contribuições de cofinanciamento para 32 operações. Em 2011, os principais cofinanciadores do Banco foram a Japanese International Cooperation Agency (JICA), o Korean Import-Export Bank (K-EXIM), o European Investment Bank (EIB), a International Finance Corporation (IFC), Proparco, o Banco Mundial (WB), a Overseas Private Investment Corporation (OPIC), o Export-Import Bank of China, a *Caixa Econômica Federal* e o FINNVERA da Finlândia.



Guiana — o Expansion of the Basic Nutrition Program (programa de ampliação de nutrição básica) enfoca na prevenção e no tratamento da anemia em mulheres grávidas e crianças entre seis e 24 meses, a certificação de hospitais e intervenções na saúde infantil em 149 postos de saúde.

QUADRO III. FINANCIAMENTO NÃO REEMBOLSÁVEL POR PAÍS

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)

País	2011	1961–2011
Argentina	\$ 1.334	\$ 90.405
Bahamas	1.462	27.528
Barbados	1.790	26.996
Belize	2.390	17.103
Bolívia	23.831	218.373
Brasil	4.799	258.335
Chile	7.041	40.437
Colômbia	15.434	126.644
Costa Rica	7.048	98.148
El Salvador	9.431	109.074
Equador	6.201	135.050
Guatemala	15.002	164.529
Guiana	2.460	73.522
Haiti ¹	317.674	1.067.984
Honduras	33.093	151.514
Jamaica	7.542	60.341
México	5.567	71.936
Nicarágua	11.652	122.489
Panamá	8.209	96.138
Paraguai	66.657	231.309
Peru	5.531	145.241
República Dominicana	2.975	108.288
Suriname	1.800	41.934
Trinidad e Tobago	4.222	27.740
Uruguai	3.267	58.426
Venezuela	2.308	16.329
Regional	76.290	1.186.900
Total	\$645.010	\$4.772.713

¹ Os números do Haiti incluem US\$ 241 milhões em aprovações in FNR para 2011 e US\$ 858 milhões acumulados de 1961 a 2011.

QUADRO IV. COFINANCIAMENTO EM 2011¹*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

Co-financiador	Valor
Accenture	\$ 0,25
Acción Social	0,03
Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID)	0,21
Agronomes et Vétérinaires Sans Frontières	1,50
AusAID Australian Agency for International Development	1,60
Banco Europeu de Investimentos	53,57
Banco Mundial	30,00
Bank Im Bistum Essen eG (Germany)	3,00
Bank of Tokyo - Mitsubishi UFJ, LTD.	0,08
Barbados Tourism Authority	0,03
Blue Orchard Finance S.A.	0,03
Brightstar Corporation	0,10
Caixa Economica Federal	356,48
Camargo Correa	0,04
Canadian International Development Agency (CIDA)	31,28
Center for Development Enterprise (CDE)	0,22
Central American Bank for Economic Integration (CABEI)	9,03
CHTA/CAST	1,43
CITI Foundation	1,13
Clinton Bush Haiti Foundation	1,50
Coca Cola Company	0,25
Comissão Europeia	101,87
Corporação Andina de Fomento	0,03
Corporação Financeira Internacional	62,73
Corporação Interamericana de Investimentos (CII)	0,02
Corporação Interamericana de Investimentos (CII, utilizando fundos do fundo fiduciário Korean-IIC SME)	0,50
CTO	0,60
Department for International Development, U.K. (DFID)	1,21
Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)	0,20
Dutch International Guarantees for Housing Foundation	8,00
Ecopetrol S.A.	0,01
Escritório do Prefeito de Cali	0,23
Escritório do Primer Ministro, Barbados	0,16
Export-Import Bank of China	100,00
Fédération Internationale de Football Association (FIFA)	0,25
FINNVERA	900,00
First Citizens Bank Limited	1,00
Fundación Carolina	0,01
Fundación Femsa AC	5,00
Goldman Sachs Foundation	0,09
Hivos	0,50

(continua na página seguinte)

QUADRO IV. COFINANCIAMENTO EM 2011¹ (CONTINUAÇÃO)*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

Co-financiador	Valor
INCOFIN	2,03
Instituto Unibanco	0,20
Intel Corporation	0,05
Itaú Unibanco	0,17
Japan International Cooperation Agency (JICA, Agência de cooperação internacional japonesa)	12,30
KfW Bankengruppe	27,32
Korea Institute for Public Finance	1,36
Korea KSP	0,30
Korean Export-Import Bank (K-EXIM)	27,26
Le Groupe Savoie	0,02
MasterCard Foundation	4,00
Microsoft Corporation	0,07
Ministério de Administração Pública e Segurança, República da Coreia	0,36
Ministério de Energia, Jamaica	0,16
Ministério das Finanças, Costa Rica	0,15
Ministério das Finanças, Paraguai	0,15
Ministério das Finanças, República da Coreia	0,43
Ministério de Turismo, Bahamas	0,16
Netherlands Development Organisation (SNV)	0,50
Nordic Development Fund	2,89
OikoCredit	6,00
OPEC Fund for Intl. Development (OFID)	20,00
Overseas Private Investment Corporation (OPIC)	55,00
PepsiCo International	0,56
Personas-Alered S.A.	0,82
Petrobrás	0,06
PricewaterhouseCoopers	2,00
Proparco	37,70
Quebec Housing Corporation	0,01
Quebec Ministry of Economic Development	0,02
responsAbility	0,03
Save the Children	0,14
SEBRAE	0,06
Secretaria de Hacienda y Crédito Público, Mexico	0,12
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	0,04
The Nature Conservancy	5,00
Trilogy International Partners LLC	0,15
United Nations Environmental Programme	0,22
USAID	125,50
VDK Spaarbank (Belgium)	3,00
COFINANCIAMENTO TOTAL EM 2011	\$2.010,48

¹ Esta lista representa fundos comprometidos por doadores em 2011 e fundos recebidos para fóruns patrocinados pelo Banco. Inclui cofinanciamento paralelo e conjunto.

QUADRO V. FUNDOS EM ADMINISTRAÇÃO ATIVOS, 2011

País/Instituição	Nome	2011 Contribuições cumulativas (equivalente a milhões de dólares dos EUA)
Austrália	Australian Partnership Trust Fund (fundo fiduciário de parceria australiana)	5.3
Áustria, Suíça, Pepsico	Multidonor AquaFund	6.7
Áustria	Opportunities for the Majority (oportunidades para a maioria)	1.2
Áustria, Canadá e Noruega	Multidonor Gender and Diversity Fund (fundo de diversos doadores, gênero e diversidade)	7.2
Áustria, Finlândia, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Espanha	Sustainable Energy and Climate Change Initiative Multidonor Trust Fund (fundo fiduciário de diversos doadores para iniciativa de mudança climática e energia sustentável)	27.9
Áustria	Emerging and Sustainable Cities Multidonor Fund (fundo de diversos doadores para cidades sustentáveis e emergentes)	1.3
Banco Mundial (como fiduciário)	Haiti Reconstruction Fund (HRF, fundo para reconstrução do Haiti)	36.5
Banco Mundial (como fiduciário)	Clean Technology Fund (CTF, fundo de tecnologia limpa)	175.9
Banco Mundial (como fiduciário)	IDB/Global Environment Facility Trust Fund (fundo fiduciário de crédito ambiental global/BID)	99.5
Banco Mundial (como fiduciário)	Guyana REDD+ Investment Fund (REDD da Guiana + Fundo de investimento)	6.5
Banco Mundial (como fiduciário)	Strategic Climate Fund	3.9
Banco Mundial (como fiduciário)	Global Agriculture and Food Security Program Trust Fund (fundo fiduciário para o programa de segurança alimentar e agrícola global)	26.2
Canadá	IDB-Canada Trade Fund (fundo de comércio Canadá-BID)	4.7
Canadá, Japão, República da Coreia e Espanha	Multidonor Disaster Prevention Trust Fund (fundo fiduciário de diversos doadores para prevenção de desastres)	11.9
Canadá, Reino Unido e Suíça	Aid for Trade (auxílio de comércio)	11.8
Chile	Chilean Trust Fund for Supporting Technological Innovation in Central America (fundo fiduciário chileno para apoio de inovação tecnológica na América Central)	0.8
China	Institutional Capacity Strengthening Thematic Fund (fundo temático para o fortalecimento da capacidade institucional)	75.0
República da Coreia	Knowledge Partnership Fund for Technology and Innovation (fundo de parceria de conhecimento para tecnologia e inovação)	50.0
República da Coreia	Korean Poverty Reduction Fund (Fundo de redução da pobreza da Coreia)	47.5
Dinamarca	Danish Trust Fund for Consulting Services (fundo fiduciário dinamarquês para serviços de consultoria)	2.8
Espanha	Spanish Cooperation Fund for Water and Sanitation (fundo de cooperação espanhol para água e saneamento)	579.6
Espanha	Spanish Trust Fund for the Social Entrepreneurship Program (fundo fiduciário espanhol para o programa de empreendedorismo social)	10.0
Espanha	Spanish General Cooperation Fund (fundo de cooperação geral espanhol)	53.3
Finlândia, Espanha	Knowledge Economy Fund (fundo de economia do conhecimento)	5.2
Finlândia	Finnish Technical Assistance Program (programa de assistência técnica finlandês)	6.3
França	French Technical Cooperation Fund for Consultancy and Training Activities (fundo de cooperação técnica francês para atividades de treinamento e consultoria)	19.4
Gates Foundation, Carlos Slim Institute e Espanha	Mesoamerican Health Facility (instalação de saúde mesoamericana)	64.5
Itália	Italian Trust Fund for Consulting Firms and Specialized Institutions (fundo fiduciário italiano para empresas de consultoria e instituições especializadas)	15.1

(continua na página seguinte)

QUADRO V. FUNDOS EM ADMINISTRAÇÃO ATIVOS, 2011 (CONTINUAÇÃO)

País/Instituição	Nome	2011 Contribuições cumulativas (equivalente a milhões de dólares dos EUA)
Itália	Italian Trust Fund for MIF Project Preparation (fundo fiduciário italiano para preparação de projetos MIF)	3.3
Itália	Italian Trust Fund for Microenterprise Development (fundo fiduciário italiano para desenvolvimento de microempresas)	7.4
Itália	Italian Trust Fund for Information and Communication Technology for Development (fundo fiduciário italiano para tecnologia da comunicação e informação para desenvolvimento)	6.9
Itália	Italian Trust Fund for Regional Competitiveness (fundo fiduciário italiano para competitividade regional)	6.0
Japão	Japan Special Fund (fundo especial do Japão)	250.3
Japão	Japanese Trust Fund for Consultancy Services (fundo fiduciário japonês para serviços de consultoria)	43.8
Noruega	Anticorruption Activities Fund (fundo para atividades anticorrupção)	4.9
Noruega	Norwegian Trust Fund for Consulting Services (fundo fiduciário norueguês para serviços de consultoria)	0.9
Países Baixos	IDB-Netherlands Water Partnership Program (INWAP, programa de parceria hídrica dos Países Baixos – BID)	10.0
Portugal	Portuguese Technical Cooperation Fund (fundo de cooperação técnica portuguesa)	3.9
Regional	Indigenous Peoples' Fund (fundo para indígenas)	21.1
Regional	Regional Fund for Agricultural Technology (FONTAGRO, fundo regional para tecnologia agrícola)	81.8
Regional	Donor Resources for Haiti (DHR, recursos de doadores para o Haiti)	8.2
Suécia	Swedish Trust Fund for Consulting Services (fundo fiduciário sueco para serviços de consultoria)	3.1
Suíça	Swiss Technical Cooperation Fund for Consulting Services and Training Activities (fundo de cooperação técnica suíça para atividades de treinamento e serviços de consultoria)	5.7

Produtos de conhecimento

Para promover a geração, aplicação e difusão de conhecimentos relevantes para a política, melhorar a qualidade dos empréstimos e operações, aumentar a relevância do Banco na região e contribuir para a qualidade e profundidade do diálogo nacional, 85 produtos do ESW (Economic and Sector Work, anteriormente conhecido como KCPs e financiados com orçamento administrativo) e 38 CIPs (Corporate Input Program) no total de US\$ 23,4 milhões foram desenvolvidos em 2011. Por exemplo, ao final de 2011, o Banco terá produzido conhecimento aplicável para a região, entre outros, na forma de aproximadamente 26 bancos de dados e conjuntos de dados, mais de 150 publicações, 59 documentos técnicos, 151 seminários, fóruns e eventos de diálogo de política e 15 atividades de desenvolvimento de potencial e outros produtos.

O programa de 2011 do Fundo de cooperação espanhol para água e saneamento na América Latina e Caribe reflete a

prioridade atribuída às respostas de amostragem dos desafios de desenvolvimento e apoia o diálogo estratégico com os países e o desenvolvimento de operações que oferecem maior valor agregado para nossos clientes. A natureza transversal de áreas como as cidades sustentáveis desafia a capacidade do Banco de responder eficaz e eficientemente às demandas complexas. Um elemento-chave para assumir de modo bem-sucedido essas áreas transversais é a maior colaboração entre departamentos e divisões para desenvolver soluções abrangentes.

Em 2011, o Banco contribuiu para melhorar os fluxos de conhecimento relevantes e a construção de capacidade dentro do Banco e da região. Programas de aprendizagem coordenados pelo departamento de conhecimento e aprendizagem (KNL, Knowledge and Learning Department) para agências de execução de outros parceiros estratégicos na região foram desenvolvidos e implementados em temas como mudança

climática, desenvolvimento econômico local, educação, mercados de trabalho e gerenciamento de projetos.

Em relação à criação de capacidades para os principais intervenientes locais na região, o Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Econômico e Social ajudou a alavancar o conhecimento e experiência prontamente disponíveis do Banco para desenvolver e fornecer atividades de aprendizagem dirigidas aos elaboradores de políticas e executivos do programa. Os cursos-piloto *online* desenvolvidos no ano passado alcançaram maturidade plena em 2011, chegando a plateias que tradicionalmente não tinham acesso a produtos de conhecimento do Banco. Até meados de novembro, 2.938 participantes externos de países membros tomadores de empréstimos (os elaboradores de política em governos nacionais e subnacionais, ONGs/fundações, organizações internacionais, setor privado e centros de pesquisa e acadêmicos) participaram de cursos de aprendizagem presencial e/ou *online* e seminários organizados pelo KNL.

Em 2011, o Banco lançou o seu repositório de conhecimento institucional (BRIK, Repository of Institutional Knowledge) para aprimorar a acessibilidade e visibilidade de produtos de conhecimento do Banco para públicos interno e externo. Para promover a eficácia e a sustentabilidade do repositório, o KNL coordenou um esforço interdepartamental para aprovar uma política atualizada e ampliada para publicação de produtos de conhecimento e uma nova política para a governança do BRIK. Em novembro de 2011, o BRIK continha um acervo de aproximadamente cinco mil produtos de conhecimento.

Plataformas temáticas

Em consonância com a estratégia institucional, o Banco continua a desenvolver soluções integradas para tratar eficazmente a necessidade crescente de respostas intersetoriais aos desafios estruturais enfrentados pelos países da região. Assim, houve progresso no desenvolvimento e na implementação da plataforma sustentável das cidades emergentes, que irá fornecer a essas cidades maior apoio técnico abrangente, permitindo-lhes construir a capacidade para promover sustentabilidade ambiental, urbana e fiscal com mais facilidade.

Uma abordagem semelhante está sendo usada para resolver as áreas transversais de trabalho no desenvolvimento da plataforma de segurança do cidadão, que apoiará os países em seus esforços para fortalecer a gestão de políticas públicas aproveitando novas tecnologias, desenvolvimento de programas de prevenção da violência e fortalecimento da cooperação intrarregional. Também foram realizados progressos no design da plataforma para enfrentar os desafios da tecnologia e da inovação, que incluirão o apoio para acelerar a penetração de banda larga e usá-la como um meio de contribuição para a melhoria da competitividade, produtividade e qualidade de vida.

O trabalho começou com a formulação da Plataforma de

Segurança Alimentar (Food Security Platform) visando aprimorar a coordenação de atividades relacionadas à produtividade agrícola e o desenvolvimento rural, e a Plataforma de Biodiversidade (Biodiversity Platform) que estará focada na perda de biodiversidade, avaliação de bens e serviços de biodiversidade, instituições e governança, e mudança climática.

A **Plataforma sustentável das cidades emergentes**, lançada em março na reunião anual do Banco em Calgary após aprovação pela Diretoria Executiva, faz parte do compromisso do Banco para o desenvolvimento sustentável na região. O objetivo da plataforma é promover o desenvolvimento das cidades de médio porte que crescem mais rápido na região e ocupam a melhor posição para moldar um ambiente urbano cujo *modus operandi* adota os princípios de respeito ao meio ambiente e intendência ambiental — e, ao mesmo tempo, enfrentar os desafios da mudança climática — bem como a competitividade, eficiência e equidade.

A plataforma define sustentabilidade como um conceito integrado que abrange ambiente e mudança climática, qualidade urbana, segurança dos cidadãos e sustentabilidade e governança fiscal. A assistência técnica oferecida por intermédio desta plataforma ajuda a fazer inventários de emissões de gases de efeito estufa e elaboração de mapas e estratégias para abordar as vulnerabilidades da mudança climática e produzir avaliações diagnósticas das áreas prioritárias, utilizando 60 indicadores.

Estudos de pré-viabilidade são elaborados para programas ou projetos específicos em áreas onde a ação rápida terá um impacto maior sobre a sustentabilidade da cidade. Em função das prioridades de determinada cidade, o Banco também combina a assistência da plataforma com outros de seus programas, como segurança do cidadão ou programas PRODEV, bem como com o Fumin e outros.

Em 2011, o trabalho foi realizado em quatro cidades-piloto, cada qual representando uma região: Goiânia, Brasil, no Cone Sul; Trujillo, Peru, na região andina; Santa Ana, El Salvador, na América Central; Port of Spain, Trinidad e Tobago, no Caribe. Em Trujillo, a primeira cidade-piloto, já estão sendo encomendados estudos sobre transporte, gestão de resíduos sólidos, segurança e proteção, e questões fiscais, com suporte PRODEV. Em Port of Spain e Santa Ana, avaliações de diagnósticos foram produzidas, e trabalho para conceber soluções está em andamento, incluindo estudos de pré-viabilidade a serem realizados nas áreas de água, transporte, segurança e proteção e planejamento do uso da terra. As áreas de maior impacto identificadas em Santa Ana são planejamento, segurança dos cidadãos e vulnerabilidade decorrente da mudança climática; os programas PRODEV estão prontos para oferecer apoio a essas ações. Uma fase de implementação foi desenvolvida, para aproveitar os ganhos obtidos na fase-piloto. No primeiro trimestre de 2012 será apresentada uma proposta à Diretoria Executiva do Banco para criar um programa especial e um fundo de multidoadores



Brasil — o Programa de Qualidade de Vida Sustentável por meio de Agricultura Sustentável (Terramiga) do Fumin beneficiou mais de 1.000 famílias pobres na zona sul do Estado da Bahia. A receita média dos piscicultores de tilápia aumentou nove vezes.

para financiar o apoio a uma cidade em cada um dos países membros tomadores de empréstimo do Banco, ou seja, 22 cidades adicionais em um período de quatro anos.

Para gerir nos termos do mandato do BID-9 e resolver a demanda crescente de assistência técnica e financeira para questões de segurança pública, o Banco reformulará a sua abordagem estratégica a esse setor, que se apoiará em três pilares: (i) renovação da estrutura conceitual do trabalho operacional para prevenção da violência; (ii) desenvolvimento de uma estratégia de conhecimento aplicado para adicionar valor para clientes e (iii) concepção e lançamento de uma iniciativa de segurança para o cidadão e coexistência pacífica como catalisador para reformas mais eficazes.


Com este foco renovado de trabalho no setor, o Banco irá incentivar a adoção de políticas mais eficazes de segurança do cidadão, com maior probabilidade de sucesso. Nesse sentido, em 2011 o Banco trabalhou para desenvolver a **Iniciativa hemisférica para segurança do cidadão e coexistência pacífica (Hemispheric Initiative on Citizen Security and Peaceful Coexistence)** que complementará o seu trabalho operacional no setor. Por intermédio de apoio subvencionado, esta iniciativa dará aos países da região as bases da concepção e do desenvolvimento da política destinada a estas três áreas: (i) informações sobre criminalidade e seus fatores de risco, para melhorar a análise, o monitoramento e avaliação de políticas; (ii) ferramentas de gestão para cidades e países, para que as suas políticas tenham maior probabilidade de serem eficazes e (iii) criação de uma plataforma hemisférica de cooperação,

para otimizar a eficiência e o âmbito da assistência oferecida pelos países para operações e conhecimento. A assinatura de acordos de cooperação entre o Banco, o México e a Colômbia constitui a primeira fase desta plataforma.

Na nova economia digital, aumentar a penetração e a utilização de serviços de banda larga tornou-se uma parte essencial do desenvolvimento econômico e social. Considerando que cada aumento de 10% na taxa de penetração da banda larga de um país em desenvolvimento aumenta o seu PIB em 1,38%, e as empresas que fazem uso mais intensivo das tecnologias da informação podem dobrar suas exportações e aumentar a sua produtividade, atividades continuaram a ser desenvolvidas em 2011 para acelerar a penetração e o uso da banda larga entre os diferentes atores sociais (indivíduos, empresas e governo).

Os principais pilares da **Plataforma de banda larga** foram identificados, inclusive o desenvolvimento de políticas públicas, revisão e/ou desenvolvimento de estratégias regulatórias, requisitos de infraestrutura de telecomunicações para obter acesso universal acessível a esses serviços e geração de aplicativos e serviços comuns a todos e desenvolvimento de potencial. Um trabalho eficaz em torno desses pilares permitirá uma mudança qualitativa e quantitativa na forma com que a região negocia e os membros da sociedade interagem.

Diálogos regionais foram mantidos para identificar projetos abrangentes na região do Caribe, na América Central e no Cone Sul onde o setor de tecnologia da informação e comunicações em geral e particularmente o das telecomunicações impulsionarão o desenvolvimento econômico e social.

A young boy with dark hair, wearing an orange and white striped shirt and blue shorts, is smiling as he washes his hands under water flowing from a rusty outdoor faucet. He is wearing red sandals with a Spider-Man design. The background shows a wooden post, green foliage, and a brick wall. A red bucket is visible on the ground.

**O acesso aos serviços básicos gera
resultados imediatos e duradouros**



II. Implementação do Nono Aumento Geral de Recursos

Ao longo de 2011, o Banco ficou concentrado na implementação dos mandatos acordados pelos Governadores como parte do *Report on the Ninth General Increase in Resources of the IDB* (BID-9, relatório sobre o 9º aumento geral nos recursos do BID). BID-9 estabeleceu a orientação estratégica do Banco para os próximos anos e oferece a estrutura contábil de acordo com a qual o desempenho da instituição está sendo medido a partir de 2012. BID-9 entrou em vigor para o Fundo de operações especiais em 2011 e entra em vigor para o Capital Ordinário em 2012. Durante 2011, entretanto, a fundação foi preparada para garantir que a capacidade financeira adicional do Banco seja usada com eficácia.

A estratégia institucional do Banco de acordo com o BID-9 é estruturada pelos desafios que estarão na base do desenvolvimento na região: reduzir a pobreza e a desigualdade e alcançar um crescimento sustentável. Para reduzir a pobreza e a desigualdade, o Banco precisará ampliar de programas sociais tradicionais que visam redistribuir a receita, para programas que lidem com as injustiças no acesso aos serviços e à contratação produtiva na região; esta expansão será essencial para abordar as causas estruturais da pobreza. O crescimento sustentável deve equilibrar a ampliação da base econômica da região com os desafios apresentados pela mudança climática e a demanda por fontes sustentáveis de energia. Esforços para atender estes dois desafios estão no centro das prioridades de setor do Banco para os próximos anos. Em 2011, o Banco esteve concentrado em garantir a implantação da estrutura estratégica de cada prioridade de setor. O conselho de diretores executivos aprovou documentos de estratégia correspondentes às prioridades de estratégia institucional, nos setores de: *Política social para equidade e produtividade, Instituições para crescimento e bem estar social, Integração regional e Mudança climática e energia sustentável e renovável*. O progresso alcançado nas operações e programas do Banco de acordo com os tópicos das quatro estratégias aprovadas está descrito no Capítulo III abaixo.

O BID-9 também está concentrado em duas metas estratégicas baseadas nas vantagens comparativas e missão do Banco: abordar as necessidades especiais de países pequenos e vulneráveis e promover o desenvolvimento por meio do setor privado. As necessidades de países pequenos e vulneráveis exigem que o Banco consiga oferecer soluções eficazes para os desafios de desenvolvimento mais urgentes que a região enfrenta. Estes países precisam que o Banco ofereça apoio orientado ao país e eficaz.

Promover o desenvolvimento por meio do setor privado exige a integração completa de empréstimos sem garantia soberana na estrutura estratégica do Banco, reconhecendo o papel do setor privado na geração de um crescimento eficiente e na criação de trabalhos, ambos os quais são elementos necessários para abordar a pobreza e a desigualdade de maneira eficaz. Uma Estratégia de desenvolvimento do setor privado integrada e o Plano de negócios NSG para 2012–2015 foram aprovados em 2011.

O Banco continuou a fortalecer seu programa com o Haiti, com Governadores aprovando em março de a primeira transferência de US\$ 200 milhões em recursos OC para o Financiamento não reembolsável do BID (consulte a caixa neste capítulo sobre apoio especial para o Haiti).

O Banco tem estado ativamente envolvido em cumprir os compromissos definidos pelos Governadores na “Better Bank Agenda” do relatório BID-9. Durante 2011, o Banco começou a implementação do novo acesso à política de informações, continuou a implementação da metodologia Results-Based Budget (RBB, orçamento com base em resultados) para o orçamento de 2012 e emitiu seu segundo Plano financeiro de longo prazo.

Durante 2011, o maior foco no RBB foi promover uma mudança na cultura com relação aos resultados, promovendo planejamento e monitoramento e aprimorando a qualidade dos dados e acesso a informação para a realização de uma tomada de decisões informada.

Consulte o Programa e Orçamento para 2012 do Banco www.iadb.org/budget/2012.

Em 2011, uma nova matriz de eficácia de desenvolvimento foi implementada e, a partir de 1 de janeiro, foi definido um limite de avaliação para todas as operações do Banco. A segunda Visão Geral de Eficácia de Desenvolvimento (DEO), que incluiu relatório sobre responsabilidade e aprendizado do trabalho do Banco, foi apresentada durante a assembleia do conselho de Governadores em Calgary em março de 2011. O conselho de administração aprovou a metodologia para preparação das Avaliações de Sustentabilidade Macroeconômica

(MSA) solicitadas pelo BID-9 e no final do ano a gerência realizou um progresso considerável na preparação do primeiro conjunto de MSA. Novas diretrizes operacionais para cooperação técnica foram aprovadas em julho para agilizar a programação, aprovação e execução destes importantes produtos. Uma análise dos instrumentos de empréstimo de investimentos também foi realizada, levando à racionalização do menu de instrumentos do Banco.

Jamaica — um projeto de assistência técnica para melhorar a qualidade de vida das famílias de pescadores na cidade de Portmore Causeway estará concentrado no acesso a mercados e ao crédito, com ênfase no papel da mulher em toda a cadeia de valor.





Apoio especial para o Haiti

Ao cumprir o compromisso de oferecer recursos ao Haiti anualmente por meio do Financiamento não reembolsável do BID, o conselho de Governadores aprovou, na assembleia geral ordinária em Calgary, uma transferência de US\$ 200 milhões de Capital ordinário para o Financiamento não reembolsável em 2011. Além deste apoio financeiro, o Banco continuou a oferecer apoio técnico e humano considerável para o Haiti.

Durante o ano, no contexto das alterações políticas associadas com a formação de um novo governo, o Banco manteve diálogo constante com as autoridades do Haiti, enfatizando especialmente na continuidade operacional. Neste contexto, a estratégia nacional do Banco para 2011–2015 foi aprovada, visando seis setores com principal potencial para transformar de maneira considerável e sustentável a economia e a sociedade do Haiti: educação, desenvolvimento setor privado, energia, agricultura, transporte, água e saneamento.

Em 2011, sete projetos financiados com recursos do Financiamento não reembolsável do BID foram aprovados, no valor de US\$ 241 milhões. O cofinanciamento também foi obtido para cinco novas operações, bem como os dois programas existentes, totalizando mais de US\$ 67 milhões. O Banco fortaleceu a capacidade de execução, internamente e com as agências de execução, o que gerou desembolsos de US\$ 175 milhões para projetos na linha de financiamento não reembolsável do BID. O nível médio de desembolsos do período de cinco anos de 2007 a 2011 foi três vezes superior ao nível médio do período de cinco anos anterior (2002–2006). Isto define a base para alcançar a meta de distribuição de US\$ 230 milhões a partir de 2012. Esta meta de desembolso representa um grande desafio em termos de responsabilidade, transparência e monitoramento.

Operações. A situação pós-terremoto obteve uma colaboração sem precedentes entre as diferentes partes interessadas operando no país e foi possível alinhar programas com o princípio de “Rebuild Better” (reconstruir melhor), com a liderança do governo. Em 2011, o Banco consolidou sua posição como maior doador no Haiti, com aprovações de concessões representando aproximadamente 2% do PIB.

A construção do Parque Industrial do Norte (Northern Industrial Park) em Caracol começou com um cumprimento estrito com relação aos controles ambientais e sociais (inclusive um plano detalhado e profundo para compensar as pessoas afetadas pelo projeto). Este projeto do governo do

Haiti e respectivos parceiros principais, o governo dos Estados Unidos, a Comissão Europeia, e o Banco, compreende a construção da infraestrutura básica necessária para facilitar o estabelecimento de grandes empresas de fabricação que, nos últimos anos, têm demonstrado interesse em investir no Haiti e aproveitar as oportunidades logísticas e comerciais que o país oferece. O principal parceiro privado no projeto é a SAE-A, empresa líder na República da Coreia, que investirá US\$ 78 milhões e eventualmente contratará aproximadamente 20.000 trabalhadores locais.

O primeiro pilar do inovador programa “Productive Haiti”, serviços de desenvolvimento de negócios, foi aprovado; e a primeira convocatória para a apresentação de propostas de negócios de pequenas e médias empresas foi lançada. Isto permitirá que as empresas de pequeno e médio porte do Haiti aprimorem sua capacidade de gestão e obtenham um acesso mais fácil ao crédito, aproveitando as novas oportunidades de negócios que estão emergindo no processo de recuperação do país. Para complementar o “Productive Haiti”, o Partial Credit Guarantees Fund (fundo de garantias de crédito parciais) recebeu um adiantamento de US\$ 10 milhões, que permitirá que o programa conceda garantias a um primeiro grupo de empresas cujas operações tenham sido aprovadas. Além disso, o Haiti Social Investment Fund foi preparado entre o governo da Espanha e a Corporação Interamericana de Investimentos (CII) com ativos totalizando €51 milhões. Este fundo funcionará por 12 anos para fornecer financiamento para pequenas e médias empresas aumentando a disponibilidade de empréstimos e reduzindo os custos de contratação de empréstimos oferecendo taxas de juros preferenciais. Em novembro, o Banco organizou o Segundo Fórum sobre Investimentos em Porto Príncipe, junto com o governo do Haiti e a Clinton Foundation, reunindo mais de 1.000 empreendedores em uma demonstração sem precedentes do interesse do setor privado no potencial econômico do país.

De acordo com a estrutura de reforma de ensino definida pelo governo do Haiti, aproximadamente 35.000 crianças foram registradas na escola primária gratuitamente por meio do programa de subsídio patrocinado pelo Banco. Isto foi complementado com a seleção de locais para novas escolas, o desenvolvimento de estudos técnicos e o processo de reconstrução das 30 primeiras escolas beneficiárias.

**A inclusão social é um componente
essencial para o desenvolvimento**





III. Prioridades setoriais

Política social para capital e produtividade

O Banco aprovou sua estratégia sobre política social para equidade e produtividade (“Estratégia Social”) em março de 2011 em resposta a uma das cinco prioridades institucionais contidas no Report on the Ninth General Increase (relatório sobre o 9º aumento geral de capital).

Em 2011, o Banco aprovou 21 projetos totalizando US\$ 943 milhões nos setores sociais. Destas operações, 17 apoiam países C e D, contribuindo para uma das principais prioridades do BID-9. Em termos de composição por setor, 48% do volume deste empréstimo apoia programas de educação e 14% apoia programas do setor de saúde.

Em 2011, um progresso considerável foi realizado na implementação do plano de ação de estratégia social, notavelmente na área de geração e disseminação de conhecimento. Ações realizadas incluíram o seguinte: (i) um evento de alto nível para lançar o plano de ação para implementar a política operacional sobre igualdade entre os sexos, (ii) a 8ª conferência sobre trabalho e desenvolvimento na região (junto com o Banco Mundial e o Instituto Alemão para o Estudo do Trabalho), (iii) a publicação do livro *Skills that Matter*, (iv) o seminário “Alternative Routes in Teaching” (Rotas alternativas de ensino); (v) a nota técnica *Caring and Labor Force Participation in Mexico (Participação de força de trabalho e cuidados no México)*, (vi) o desenvolvimento de bancos de dados para gestão de saúde e prevenção de doenças crônicas para o Paraguai e o Equador, (vii) a conclusão da primeira fase na preparação de bancos de dados sobre desenvolvimento infantil para 20 países na região e (viii) o workshop “The Next Generation: A Strategic Agenda for Youth Development” (A próxima geração. Uma agenda estratégica para o desenvolvimento da juventude).

O apoio do Banco para iniciativas especiais no setor social incluiu a preparação da avaliação e pedido de prorrogação do Programa especial para promoção do trabalho, redução da pobreza e desenvolvimento social em apoio ao objetivos de desenvolvimento do milênio (o “Social Fund”, SOF, Fundo Social), originalmente criado em 2007, por mais quatro anos, e o desenvolvimento, junto com Institutional Capacity & Finance Sector, do novo Programa especial para segurança do cidadão e prevenção de crimes.

Em 2011, a administração preparou e aprovou o Plano de Ação de Gênero (GAP, Gender Action Plan), que facilitará a implementação da Política operacional sobre igualdade de gênero no desenvolvimento, aprovada pela Diretoria Executiva em 2010, para integrar as questões de gênero nas operações do Banco. Para medir resultados, foram criados mecanismos para monitorar os indicadores da política de gênero, começando com a inclusão da “adicionalidade” de gênero na matriz de eficácia de desenvolvimento (DEM, Development Effectiveness Matrix) para projetos; a DEM registra agora se o envolvimento do Banco adiciona valor ao impacto de desenvolvimento de um projeto por meio de sua contribuição para a igualdade entre os sexos. Nos termos da estrutura do GAP, as divisões, os departamentos e os escritórios de país do BID comprometeram-se com mais de 130 ações específicas, a maioria delas relacionadas com a integração entre homens e mulheres nas operações.

Infraestrutura para a competitividade e o bem-estar social

Na área de **transporte** o Banco desenvolveu um programa amplo e diversificado de operações para atender as necessidades dos clientes. Em 2011, 11 projetos no setor foram aprovados, em um total de US\$ 2,2 bilhões. As aprovações continuaram a tendência iniciada em 2010 de desenvolver um portfólio operacional mais equilibrado que inclui uma participação considerável de operações de transporte sustentável e operações que apoiam a integração regional. Também em 2011, 19 projetos de cooperação técnica foram aprovados, totalizando US\$ 10,4 milhões. Além disso, o Banco continuou seus esforços no desenvolvimento de conhecimento em três áreas – segurança nas estradas, logística de frete, transporte sustentável – e adicionou um novo, projetos de grande escala. O trabalho

nestes campos é considerado principal para o futuro desenvolvimento do setor de transporte na região e envolve áreas nas quais o Banco oferece um alto nível de valor agregado.

Na área de **energia**, o Banco aprovou 22 projetos (em Barbados, Bolívia, República Dominicana, Equador, Haiti, Jamaica, Nicarágua, Peru e Venezuela) em um total de US\$ 1,6 bilhões. Estas operações estão centradas na energia sustentável e no desenvolvimento de fontes renováveis não convencionais apoiando políticas setoriais (Barbados, El Salvador, Haiti, Peru e República Dominicana), acesso a serviços de eletricidade (Equador e Nicarágua), eficiência de energia (Barbados e Jamaica) e a reabilitação de capacidade hidroelétrica (Haiti), permitindo que os países utilizem fontes de energia limpa para atender a crescente demanda por eletricidade.

Na área de **água e saneamento**, 16 projetos foram aprovados, em um total de US\$ 1,8 bilhões. Digno de nota entre estes projetos foi um programa de água e saneamento para áreas rurais no México de US\$ 250 milhões, um projeto para ampliar a cobertura de água e saneamento na área metropolitana de Buenos Aires, Argentina, de US\$ 200 milhões, e um programa de água e saneamento para as áreas rurais da Venezuela, de US\$ 100 milhões. Cinco novos projetos de concessão de investimento no setor foram aprovados em 2011, em um total de US\$ 111 milhões. Também foi aprovado durante 2011 o fundo regional caribenho para gestão de águas servidas, em um total de US\$ 6,6 milhões para beneficiar Barbados, Belize, Costa Rica, Jamaica, Guatemala, Guiana, Honduras, Panamá, Suriname e Trinidad e Tobago. Em 2011, 19 projetos de cooperação técnica foram aprovados, em US\$ 10,5 milhões para preparação do projeto, assistência técnica aos participantes e financiamento para projetos-piloto.

Instituições para crescimento e bem-estar social

Em março de 2011, a Diretoria Executiva aprovou a Estratégia das instituições para crescimento e bem-estar social com o objetivo de melhorar a eficácia do Banco em fortalecer as bases institucionais para o desenvolvimento na região. Os pilares da estratégia incluem aumento de produtividade de pequenas e médias empresas (PME) e seu crescimento; instituições para inovação e desenvolvimento tecnológico; gestão do setor público e finanças; acesso a serviços financeiros para a maioria; redução da insegurança e violência; anti-corrupção e transparência; e registros para o crescimento econômico e social.

Como um complemento ao pilar da estratégia para melhorar o crescimento e a produtividade das PMEs, a administração aprovou também as Diretrizes de desenvolvimento e finanças para pequenas e médias empresa em março de 2011. Nos termos dessas diretrizes, os pilares de ação em favor das PMEs incluem expansão do acesso ao financiamento de PMEs produtivas; melhorar o clima de negócios e gerar incentivos para a formalização; melhorar os

programas e as políticas de desenvolvimento no nível empresarial e gerar conhecimentos relevantes da política. As diretrizes definem recomendações específicas sobre como lidar com esses problemas e contêm, entre outros temas, um padrão comum de geração de relatórios do Banco.

No lado da demanda de crédito, em 2011, os programas do Banco procuraram aumentar o acesso das PMEs aos programas que apoiam o empreendedorismo, a inovação e a aplicação de novas tecnologias, assim como a utilização da abordagem de cluster e cadeia de valor para o desenvolvimento da firma, originado em bancos e outras instituições financeiras do setor público. Do lado da oferta, as atividades concentraram-se em melhorar os fundamentos jurídicos das operações de crédito tais como regulamentos sobre garantias e falência em quatro países e financiamento em parceria com os bancos nacionais de desenvolvimento da região. Para que o BID seja um parceiro líder sobre temas de desenvolvimento das PMEs, especial ênfase foi colocada em expandir a base de conhecimento do Banco para a concepção e implementação de programas eficazes, tais como trabalho experimental no campo de análise psicométrica para avaliar o risco de crédito para empresários sem histórico de crédito — projeto vencedor do G-20 SME Finance Challenge.

Aproximadamente 8.500 PMEs receberam fundos do BID de apoio à inovação, adoção de novas tecnologias, aprimoramento das práticas de negócios e uso das abordagens de cluster e cadeia de valor para o desenvolvimento da firma em 2011 e mais 90.000 empresas tiveram acesso a crédito financiado com programas do BID. Em parceria com o BNDES do Brasil, o Banco apoiou o programa *Cartão BNDES*, que se concentra na oferta de crédito para empresas bem pequenas, com um valor médio de empréstimo de US\$ 20.000.

Em 2011, em toda a região, o Banco continuou o seu apoio para fortalecer sistemas financeiros públicos, incluindo a modernização dos sistemas de administração e das receitas fiscais. O apoio incluiu a implementação de cooperação técnica constante e operações de empréstimo; e novos programas de empréstimos na Argentina, Jamaica e Suriname.

Assistência do Banco aos registros civis e de identificação procura fortalecer o registro de nascimento universal e da pessoa jurídica, além de apoiar políticas públicas destinadas a atingir os “últimos 10%”. Depois de implementar com sucesso diversas iniciativas menores, a primeira operação de empréstimo importante nesta área para o Equador começou a ser implementada em 2011. Embora o foco do Equador esteja no aumento do número de cidadãos documentados com mais de 18 anos em aproximadamente dois milhões de pessoas, este projeto também apoiará o registro de crianças menores de 5 anos. Por intermédio do projeto de censo populacional do Suriname,



Paraguai — em 2011, o Banco organizou um workshop em conjunto com o Registro de Estado Civil sobre “O direito à identidade”, centrado em técnicas para garantir a “gestão da identidade”, a partir de certidões de nascimento.

estima-se que o número de pessoas que serão registradas aumentará em 3% ou 15.000 pessoas desde o último censo.

Em 2011, por meio do apoio financeiro e não financeiro para países membros, o Banco obteve avanços significativos no sentido de alcançar o seu movimento previsto para 2015 — uma proporção das despesas públicas geridas em nível descentralizado em relação à despesa pública total, igual a, no mínimo, 78%. Produtos financeiros específicos do Banco incluem um programa no México para apoiar os governos subnacionais para aumentar a receita e expandir e melhorar as despesas através de orçamento para resultados; um programa na Bolívia para auxiliar na concepção de uma estrutura jurídica para fortalecer a renda subnacional, melhorar as despesas e assegurar a sustentabilidade fiscal; um programa de investimento no Panamá para financiar a modernização da administração fiscal — atualizando processos fiscais, mecanismos de infraestrutura e conformidade; um programa na Guatemala para aumentar a receita e reduzir a dependência municipal de transferências nacionais e um programa no Brasil para apoiar os governos subnacionais para melhorar os seus sistemas financeiros públicos (orçamento, renda e dívida).

Produtos não-financeiros incluíram vários financiamentos não reembolsáveis com recursos da linha PRODEV para os governos subnacionais do Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá e Peru com o objetivo de melhorar a qualidade das despesas públicas, e um curso de treinamento para benefício de mais de 600 funcionários sobre o tema “Gestão integrada do desenvolvimento econômico territorial” para fortalecer a capacidade de gestão fiscal dos funcionários de governo subnacional para ajudar no desenvolvimento econômico dos territórios. Conforme descrito no capítulo I, em 2011 fizemos o lançamento da Iniciativa hemisférica para segurança do cidadão e coexistência pacífica (Hemispheric Initiative on Citizen Security and Peaceful Coexistence).

O Banco tem uma carteira robusta de programas financeiros que fornecem subsídios diretos para moradia social destinada a reduzir a pobreza e melhorar a igualdade na região de vários países, como Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Equador, Haiti, México, Nicarágua e Suriname. Estes programas têm sido complementados com assistência técnica, seminários, publicações e estudos analíticos, incluindo o livro *Desenvolvimento nas Américas* (Development in the Americas) sobre habitação, que fornece soluções alternativas e amplia as opções e os instrumentos políticos para cobrir os déficits habitacionais (em quantidade e qualidade) na região.

Integração competitiva regional e global

Em 2011, a Diretoria Executiva aprovou a estratégia de setor do Banco para apoiar a integração competitiva regional e global. A estratégia apresenta a estrutura para que a meta anual de 15% de empréstimos seja alcançada até o final de 2015, e para contribuir em todas as dimensões das metas de desenvolvimento regional relacionadas à integração estabelecidas no BID-9.

O princípio fundamental da estratégia estabelece que o Banco deve agir simultaneamente sobre o *software* (estruturas políticas e normativas) e o *hardware* (integração física) de integração, garantindo a coerência entre as intervenções nacionais e regionais. Concentrar-se na *sequência contínua software-hardware* e fortalecer a produção de bens públicos regionais será crucial para manter a vantagem comparativa histórica do BID como o banco de integração regional.

No segundo semestre, a Administração elaborou um plano de implementação, cujo objetivo é mapear o caminho para 2015, definindo ações e recursos para realizar os objetivos definidos na estratégia, atribuindo responsabilidade, definindo



Peru — o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) do BID e o setor Oportunidades para a Maioria se uniram para apoiar o programa “Grow my Business” (Desenvolver meu negócio) do Banco de la Microempresa S. A. (MiBanco), concebido para oferecer acesso a crédito e treinamento para microempresárias em todo o país.

prazos e delineando como o progresso será medido nos termos de uma estrutura de resultados.

O plano de implementação especifica os compromissos de todo o Banco e as ações necessárias para colocar em operação a nova abordagem estratégica para apoiar a integração. O plano resume ações, responsabilidades, fontes de financiamento e as datas de início da implementação. Abrange as seguintes áreas: a) *instrumentos não-financeiros*, incluindo o apoio a iniciativas estratégicas regionais, a produção de pesquisa aplicada em integração, a organização de diálogos e fóruns setoriais privados sobre a política, o desenvolvimento de potencial e programas de intercâmbio de melhores práticas, e o fortalecimento do processo de programação de operações de integração, especialmente no contexto do IIRSA (Initiative for the Integration of the Regional Infrastructure of South America), *Plan Mesoamerica* e empreendimentos semelhantes no Caribe e b) *instrumentos financeiros*, incluindo financiamentos não reembolsáveis que serão utilizados para incentivar e criar capacidade para realização de programas de integração internacionais e *empréstimos* que serão concebidos e executados de forma mais específica, em nível nacional, para servir aos objetivos integracionistas.

Em 2011, o Banco assumiu ações coerentes com o plano de implementação em todos os segmentos da agenda. Os destaques incluem:

- apoio à reunião anual de Ministros da Fazenda regionais e a outras iniciativas semelhantes em níveis regional e sub-regional;
- a inclusão dos temas de integração em diálogos de política regional do Banco, particularmente nas áreas de comércio, integração e infraestrutura;
- a preparação de um relatório principal sobre integração comercial e os custos de transporte interno na região;

- o desenvolvimento de um programa abrangente de geração de capacidades e intercâmbio das melhores práticas;
- a criação de um fundo de integração regional de infraestrutura (FIRII) de multidoadores com contribuições dos membros tomadores e não tomadores de empréstimos; e
- o envolvimento do Banco em iniciativas de integração importantes como IIRSA e o *Corredor de Integración Mesoamericano*.

Meio ambiente, mudanças climáticas e segurança alimentar

Em março de 2011 o conselho de administração do BID aprovou a estratégia integrada para mitigação e adaptação de mudança climática, e para energia sustentável e renovável (CCS), que orientarão a resposta do Banco às demandas regionais para ação nesta área. Potencializando os pontos fortes institucionais e as vantagens exclusivas do BID, a CCS promove o desenvolvimento e uso de uma série de instrumentos financeiros e não financeiros do setor público e privado para fortalecer a capacidade institucional, técnica e financeira do BID e seus membros regionais para abordar os desafios da mudança climática.

A CCS defende o investimento junto com cinco linhas estratégicas: geração de conhecimento, geração de capacidade, integração no Banco, aumento da cooperação técnica e de empréstimos, e potencialização de recursos externos para operações de mitigação e adaptação. A CCS também convoca uma forte mobilização dos recursos do Banco e um esforço principal para ampliar o acesso a parcerias e financiamentos climáticos internacionais, incluindo o Green Climate Fund, a Global Environment Facility, o Adaptation Fund, a Forest-Carbon Partnership Facility, e os Climate Investment Funds, bem como financiamento bilateral disponível de rápida tramitação.

Na área de **meio ambiente, desenvolvimento rural, turismo e gestão de risco de desastres**, 22 projetos foram aprovados, em um total de US\$ 1,1 bilhão, incluindo: (i) onde projetos em agricultura e desenvolvimento rural de US\$ 565 milhões, e (ii) três projetos para turismo sustentável (Argentina, República Dominicana e Uruguai) de US\$ 115 milhões. Também durante o ano o Banco aprovou 57 projetos de assistência técnica para estes setores, totalizando US\$ 28,7 milhões, inclusive duas operações financiadas pelo Global Environment Fund (GEF).

Em 2011, o BID aprovou dois projetos (Peru e Trinidad e Tobago) em um total de US\$ 105 milhões para apoiar o desenvolvimento e implementação de políticas públicas sobre mudança climática. O Banco também participou em diversos importantes fóruns internacionais, incluindo a Rede Íbero-Americana de Escritórios de Mudança Climática e a conferência de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico, sendo que esta última abordou especificamente o desenvolvimento de estratégias de baixa emissão de carbono. Também, através do Diálogo de Política Regional, diversas divisões do Banco trabalharam juntas em fóruns subregionais, por exemplo, uma reunião em julho de sete países mesoamericanos, com enfoque em respostas operacionais à mudança climática por instituições financeiras, programas financeiros climáticos bilaterais e a implementação de estratégias subnacionais relacionadas à mudança climática. Questões hídricas e de adaptação foram abordadas com estudos de caso sobre reservatórios hídricos e glaciares dos Andes no Caribe. O Banco publicou um manual e ferramentas para eficiência de energia para empresas hídricas. Com relação aos mercados de carbono, a plataforma Carbon Finance foi lançada na Carbon Expo em abril e um manual de treinamento foi publicado sobre a estimativa de custos de oportunidade relacionados a REDD (redução de emissões de desflorestamento e degradação do solo).

Em 2009, o Banco contratou um grupo consultivo independente em sustentabilidade para avaliar a implementação da política de conformidade de salvaguardas e meio ambiente do Banco. Este grupo descobriu que a política é adequada em termos gerais, mas havia certas áreas que poderiam melhorar. Com base nisso, a Vice-presidente executiva convocou o Grupo de trabalho sobre sustentabilidade, que em 2011, desenvolveu um Plano de Ação orientado para a inclusão de considerações sobre os aspectos de sustentabilidade e meio ambiente nas operações do Banco e para abordar as considerações de sustentabilidade em operações do setor privado do Banco, especificamente.

Desenvolvimento do setor privado

Depois de várias consultas públicas, incluindo duas apresentações na reunião anual do BID em Calgary, em junho de 2011, a Estratégia

de desenvolvimento do setor privado (PSDS, Private Sector Development Strategy) foi aprovada pela Diretoria Executiva do BID e CII. A PSDS capitaliza as lições aprendidas nos últimos 15 anos e enfatiza as sinergias a serem obtidas com uma ação mais integrada entre as áreas dos setores público e privado do Banco. Nos termos do mandato BID-9, a estratégia promove uma abordagem integrada de desenvolvimento do setor privado (PSD) e operações do setor privado (PSO) com o objetivo de maximizar o impacto do desenvolvimento.

Após a aprovação da PSDS, em dezembro de 2011, o plano de negócios NSG foi aprovado pela Diretoria Executiva do BID e CII. O plano de negócios NSG traça os quatro objetivos estratégicos para as atividades do setor privado e sem garantia soberana (NSG) para o período de 2012–2014, bem como descreve a coordenação das atividades NSG entre os setores da vice-presidência do setor privado e operações sem garantia soberana (VPP) e o resto do Banco. O plano de negócios NSG também incorpora um Memorando de entendimento (MOU) entre o BID e CII, que promete a cooperação interinstitucional e coordenação das atividades do setor privado e NSG, mais esforços de cofinanciamento. O MOU também identifica áreas para futuros esforços de colaboração, incluindo marketing colaborativo, disseminação de conhecimento e a mobilidade de pessoal entre as instituições.

Seguindo as recomendações do Escritório de Supervisão e Avaliação expressas no documento “Avaliação das operações sem garantia soberana do Banco com entidades subnacionais: 2007–2010”. A gestão está revisando as diretrizes operacionais de empréstimos NSG para subnacionais. Uma proposta de modificação das diretrizes deverá ser submetida para análise do Conselho de Diretores Executivos em 2012.

Conforme descrito no BID-9, para diversificar seus instrumentos para apoiar o desenvolvimento através do setor privado, serão estabelecidos serviços de consultoria. Os serviços estarão concentrados em competências fundamentais consistentes com a natureza de desenvolvimento do Banco, e serão oferecidos de acordo com um esquema baseado em comissões. Para este fim, durante 2011, VPP coordenou uma proposta relacionada ao fornecimento de “Client Support Services” (serviços de apoio ao cliente) que propõe abranger serviços de assistência técnica e baseados em comissões e utiliza as vantagens comparativas do Banco, sem impedir que estes serviços sejam fornecidos por empresas do setor privado. A plataforma “Client Support Services”, junto com linhas de negócios piloto sugeridas, que pode incluir parcerias entre os setores público e privado, base da pirâmide, desenvolvimento econômico local, pequenas e médias empresas e sustentabilidade, deve ser discutida no conselho de diretores executivos do BID em 2012.



O trabalho que realizamos hoje cria
oportunidades para a próxima geração



IV. Outras áreas vitais

Sociedade civil

O trabalho com organizações da sociedade civil (CSOs) é uma prioridade no âmbito do diálogo amplo e abrangente do Banco com os países da região. Em 2011, o envolvimento com CSOs avançou em nível regional e nacional e por meio de iniciativas assumidas pela vice-presidência para países na sede.

O envolvimento Banco-sociedade civil em nível regional incluiu um seminário sobre o papel da sociedade civil na construção de uma prosperidade sustentável na região, durante a assembleia do conselho de Governadores do Banco em Calgary; um diálogo na Jamaica com os Civil Society Consulting Groups (ConSOCs, grupos de consultoria da sociedade civil) de sete países caribenhos; e a 11ª assembleia da sociedade civil no Paraguai, onde participaram mais de 150 organizações dos 26 países-membros-mutuários.

Em nível nacional, houve mais de 100 reuniões com os ConSOCs, que compõe a principal plataforma de diálogo, consultoria e troca de informações entre o Banco e CSOs. Agora existem mais de 300 CSOs participando nos ConSOCs.

Na sede também houve envolvimento contínuo com CSOs, incluindo uma apresentação do relatório final do grupo consultivo independente sobre sustentabilidade. O BID continua promovendo parcerias estratégicas com organizações da sociedade civil em nível operacional. Uma convocatória para apresentação de propostas foi lançada com o Japan Fund para CSOs para o envio de projetos de alívio de pobreza para promover o desenvolvimento das comunidades mais vulneráveis da região com quase 2.000 envios.

Em 2011, a **BID Juventude** apoiou operações do Banco relacionadas ao esporte e cultura para o desenvolvimento, geração de emprego, prevenção da violência e inclusão social. A BID Juventude ajudou a lançar a segunda fase do Fundo de juventude e tecnologia Fumin/Microsoft de US\$ 2,8 milhões, para promover a utilização de técnicas de TI para inserção de mão-de-obra; e vários esportes para programas de desenvolvimento, incluindo a Aliança de esportes com a NBA; a Fundação FC Barcelona; o governo da cidade do Rio de Janeiro e as parcerias com o Fundo para redução da pobreza coreana, FIFA, Coca-Cola e Street Football World.

A campanha Agentes de mudança com a MTV, lançada na América Latina e Caribe, que destaca as contribuições dos jovens para suas comunidades foi expandida para a MTV Tres, que representa um alcance de mercado adicional de 37 milhões de lares nos Estados Unidos e Caribe de língua inglesa. Também com a MTV em 2011, o Banco coproduziu um novo programa de televisão para jovens (financiado por um financiamento não reembolsável de US\$ 200.000 do Fundo para redução da pobreza coreana), filmado na Argentina, Chile, México e Colômbia sobre tópicos relacionados com a juventude incluindo mudanças climáticas, segurança rodoviária, geração de empregos, prevenção da violência e saúde sexual. Por fim, a BID Juventude organizou o Dia da juventude, como parte da reunião anual em Calgary, com 500 participantes e dez líderes jovens selecionados de um leque de mais de 1.800 candidatos.

Eficácia no desenvolvimento

O ano de 2010 relatou aspectos da Estrutura de Resultados BID-9 para as quais as informações estavam disponíveis, incluindo o relatório sobre o progresso sobre metas de desenvolvimento regional, alguns resultados gerados nas cinco áreas de estratégia em 2010 e mede a eficácia e eficiência operacional. Em 2011, o trabalho continuou melhorando as informações sobre os resultados gerados pelas operações do Banco, particularmente padronizando as unidades de medida relatadas para estes resultados na estrutura de resultados. Em março de 2012, durante a assembleia geral ordinária do conselho de Governadores em Montevidéo, o Banco lançará MapAmericas, uma iniciativa que visa oferecer novos formatos visuais apresentando os resultados das operações e programas do Banco.

Consulte MapAmericas www.iadb.org/mapamericas.

O ano de 2011 marcou a execução de uma matriz de eficácia de desenvolvimento revisado para inclusão de operações sem garantia soberana (NSG) e com garantia soberana (SG). Em fevereiro de 2011, a Diretoria Executiva aprovou uma proposta para atualizar a matriz de eficácia no desenvolvimento, levando em consideração os mandatos do relatório da Assembleia de Governadores do BID-9 sobre a necessidade de todos os projetos analisados pela Diretoria Executiva atingirem uma pontuação mínima de utilidade. A proposta foi desenvolvida em cooperação com o OVE e os padrões, manuais e processos definidos para que as equipes de projeto concebam as avaliações.

O novo processo permite que equipes de projeto analisem os elementos que permitem a avaliação desde as fases iniciais da concepção. Dessa forma, a capacidade de avaliação do projeto é revista pelo Escritório de Planejamento Estratégico e Eficácia no Desenvolvimento (SPD) em três fases do processo de aprovação do projeto. Em primeiro lugar, na reunião de revisão de qualificação (ERM), o SPD fornece comentários. Em segundo lugar, na avaliação de qualidade e risco (QRR) da proposta para desenvolvimento da operação (POD), uma pontuação DEM preliminar é fornecida. Por fim, uma validação da matriz de eficácia

de desenvolvimento (DEM) pós-QRR será enviada ao Comitê de política operacional (OPC), onde a análise se concentra em assegurar que os comentários sobre a capacidade de avaliação QRR tenham sido incorporados ao projeto.

A Visão geral da eficácia no desenvolvimento (DEO) de 2010, publicada durante a reunião anual do Banco em março de 2011, mostrou que, desde o início, a capacidade de avaliação dos projetos do Banco melhoraram, e que um número maior de projetos teve avaliações de impacto rigorosas. Em 2011, todas as operações SG e NSG do Banco, bem como estratégias dos países foram classificadas quanto à capacidade de avaliação. A DEO, conforme estipulado pelos governadores, relatou o número de projetos aprovados em 2010 com cálculos ERR (85% dos projetos aprovados), e expôs as avaliações de impacto de auditorias dos projetos avaliados naquele ano, incluindo os projetos NSG.

Consulte a Visão Geral de Eficácia de Desenvolvimento
www.iadb.org/deo/2011.

Em 2010, o Banco implementou o novo Relatório de monitoramento de progresso (PMR). O PMR se concentrou nos relatórios do Banco sobre o progresso do projeto quanto à realização de

México — o Youth Development & Outreach Program (Programa de Desenvolvimento e Alcance Juvenil) (“BID Juventude”) promove a participação da juventude da região em muitos aspectos do desenvolvimento social e econômico. Um time de futebol juvenil em Leona Vicario, em Quintana Roo, inaugura um campo de futebol que foi recuperado por meio de um evento de serviço comunitário patrocinado pelo Banco em 2010.



saídas e resultados em tempo e dentro dos custos. O PMR de cada empréstimo com garantia soberana em execução está à disposição do público no site do Banco.

Entre 2010 e 2011, o Banco trabalhou para garantir que as equipes e contrapartes tivessem a capacidade de conceber projetos avaliáveis, monitorar saídas e resultados, e realizar avaliações. Durante esse período, 70% do pessoal do setor foi treinado em avaliação de impacto. Dos projetos concluídos 83% têm algum tipo de avaliação retrospectiva. Os projetos de SG com concepção de avaliação rigorosa (contrafatuais) aumentaram de 8% em 2008, para 11% em 2009, para 27% em 2010 e 32% em 2011.

Ética e integridade

Sob orientação da Diretoria Executiva, o Banco contratou a empresa Global Compliance, Inc. (Global Compliance) para rever a ética, a conduta e os sistemas de resolução de queixa de funcionário do Banco. A revisão analisou as estruturas e as autoridades atualmente em vigor no Banco, e avaliou estas em relação as melhores práticas recomendadas de comparadores da comunidade internacional. Como parte de sua revisão, a Global Compliance entrevistou as várias partes interessadas (por exemplo, membros da Diretoria Executiva, funcionários da administração, funcionários que trabalham e usam esses sistemas, os juízes atuais que atuam no Tribunal administrativo do Banco, o presidente e os membros do conselho da associação de pessoal do Banco), bem como funcionários de organizações que estabelecem padrões, para aproveitar suas experiências e diferentes pontos de vista. Além disso, a Global Compliance realizou uma pesquisa online com todos os funcionários do Banco e reuniu grupos de discussão com a participação de funcionários da matriz e escritórios de países.

Em geral, a Global Compliance concluiu que o Banco tem um sistema sólido para resolver alegações e comportamento impróprio de funcionários, e que o Banco tinha tomado uma série de providências positivas nos últimos anos no intuito de criar um programa eficaz de ética e fomentar uma cultura ética, incluindo: atualização do Código de Ética e conduta profissional do Banco e Política de proteção e testemunhas do Banco, criando um Escritório de ética e fornecendo treinamento em ética para todos os funcionários. A revisão também descobriu que funcionários do Banco viam o BID como um lugar ético para trabalhar em um grau maior do que os funcionários de outras organizações analisadas pela Global Compliance.

O estudo identificou as áreas que podem ser melhoradas pelo Banco, que variaram desde a redução do tempo médio para resolver os casos do Tribunal administrativo, até o estabelecimento de treinamento ético anual e aprimoramento do Código de Ética.

O estudo da Global Compliance também constatou que a combinação de sistemas formais e informais usados pelo Banco fornece flexibilidade para resolver a maioria das queixas de funcionários de forma a beneficiar os funcionários e a administração.

Em 2011, a administração trabalhou com a Diretoria Executiva em um vasto Plano de Ação para implementar as recomendações do relatório da Global Compliance. Espera-se que estas ações contribuirão para reforçar ainda mais a confiança no compromisso do Banco com os princípios de ética e integridade, sistemas do Banco para lidar com alegações de comportamento impróprio, proteções dos direitos dos denunciantes e o processo correto dado ao tratamento das queixas dos funcionários e processos de tomada de decisão relacionados.

Ao longo do ano, o Banco progrediu muito em seus esforços para implementar as recomendações emitidas pelo Relatório preliminar da estrutura anticorrupção do Banco Interamericano de Desenvolvimento (relatório Thornburgh). Até dezembro de 2011, 19 das 20 recomendações foram implementadas.

O novo Comitê de Política Anticorrupção (ACPC) e o Comitê de Sanções restruturado do Banco entraram em vigor em 1 de abril de 2011. O ACPC, que substituiu o Comitê de fiscalização contra fraude e corrupção (OCFC), tornou-se responsável pela análise de propostas de políticas e supervisão da implementação de sistemas de prevenção, detecção e sanção de práticas proibidas em atividades financiadas pelo Banco. Em paralelo, o sistema associado aos novos procedimentos de sanções tornou-se plenamente operacional: todas as alegações de corrupção recebidas em 1 de abril e após esta data foram investigadas e sancionadas nos termos deste novo processo. O Comitê de Sanções foi ampliado de cinco integrantes (todos internos) para sete (três internos e quatro externos); e o Banco indicou um executivo de casos e um secretário do Comitê de Sanções para apoiar o Comitê.

O BID aprovou alterações, em vigor a partir de maio, às políticas corporativas e de aquisição para projetos do Banco com base nas várias recomendações do relatório, e modificou os seus procedimentos de aquisição para permitir ao Banco implementar o acordo com outros bancos de desenvolvimento multilateral para excluir indivíduos e empresas sancionadas por práticas proibidas, fornecendo outros impedimentos contra a corrupção em operações do BID.

Em setembro de 2011, o Comitê de Política Anticorrupção (ACPC) aprovou um protocolo para a seleção dos casos a serem investigados pelo Escritório de integridade institucional (EII). O Plano de Ação e diretrizes operacionais para melhor desempenho dos sistemas de administração de justiça foi aprovado pela administração em outubro e enviada para informação da Diretoria Executiva em novembro de 2011.



Bolívia — um empréstimo de US\$ 30 milhões para um Programa Multifásico de Melhoria de Bairros está ajudando a financiar melhorias habitacionais em La Paz e em outros municípios por todo o país.

No que diz respeito à recomendação pendente, o estabelecimento de um programa de cooperação voluntária, que permitiria aos infratores voluntariamente divulgar a sua conduta e organizar um plano de conformidade: o ACPC decidiu esperar e acompanhar a implementação de um programa semelhante no Banco Mundial antes de tomar uma decisão sobre sua implementação no Banco.

O **Escritório de Integridade Institucional** (EII) começou o ano com 65 ocorrências ativas e, no decorrer de 2011, trabalhou na análise e no processamento de 130 casos, num total de 195 ocorrências ativas. Durante o ano, um total de 150 dos 195 casos foram encerrados. Dos novos casos, 20% foram encaminhados a outras unidades do Banco ou encerrados porque não envolvem atividades do Banco nem práticas proibidas. Os resultados dos casos investigados pelo EII foram os seguintes: 12% (16 casos) eram comprovados, 58% não foram comprovados, 27% eram infundados e 3% foram encerrados. Dos 16 casos comprovados, 14 tinham envolvimento em atos de fraude e dois estavam envolvidos em conivência.

Em 2011, o escritório também processou um total de 288 pedidos de consulta, 237 deles associados a operações sem garantia soberana. Destes, o EII participou e apresentou comentários em 146 processos de classificação e aprovação de crédito. Os outros pedidos de consulta foram de pessoal e clientes do Banco, e do público em geral, sobre as medidas para

evitar ou minimizar riscos de fraude ou corrupção, bem como pedidos de assistência com a interpretação das políticas anti-corrupção do grupo do BID.

O escritório também realizou seis revisões de risco de integridade. Essas revisões consideram as circunstâncias especiais do país ou setor ao delinear um mapa de risco de integridade.

Em 2011, o **Escritório de Ética** administrou um total de 54 alegações de possível comportamento impróprio, 44 recém-recebidas e 10 do ano anterior. Das 54 alegações, 36 foram encerradas. Onze casos foram descartados pelo Comitê de ética devido à insuficiência de provas ou porque as alegações foram comprovadas como sendo infundadas. Sete outras alegações foram encerradas pelo executivo de ética por falta de competência ou porque ainda que os alegados atos tivessem sido comprovados como sendo verdadeiros, não foram considerados violações do Código de Ética e conduta profissional. Além disso, três reclamantes não forneceram informações suficientes para concluir uma alegação que pudesse ser investigada. Finalmente, seis casos foram encaminhados à administração, ao departamento de recursos humanos ou ao coordenador de abuso doméstico, e em um caso, o escritório do auditor geral foi informado. Em 2011, quatro casos foram comprovados, com constatações pelo Comitê de ética e conduta profissional, de que houve comportamento impróprio. Desses quatro, dois resultaram em recomendações ao Vice-Presidente de Finanças e

Administração para rescisão do contrato de trabalho, um resultado em recomendação para remoção do escritório e o último, em congelamento salarial e de categoria.

O escritório de ética também continuou seu trabalho prioritário nas atividades de prevenção e divulgação em 2011. O escritório respondeu a 280 consultas solicitando diretrizes específicas sobre situações éticas no local de trabalho, a grande maioria delas relativas a conflitos de interesse reais ou potenciais. O escritório também ofereceu treinamento em ética em duas novas orientações para funcionários, uma sessão especializada para novos supervisores do Banco, bem como em sessões de treinamento realizadas em escritórios de país.

Em 2011, o Banco expandiu o programa Declaração anual de interesses, que exige dos funcionários das categorias 4 e acima, preencher a declaração detalhada de suas atividades financeiras e externas, e adicionou uma nova tabela para a comunicação de presentes e cortesias. O formulário da declaração foi preenchido por 805 funcionários e 1.205 funcionários enviaram uma declaração atestando a sua adesão ao Código de Ética.

Mecanismo Independente de Consulta e Investigação

Este ano foi o primeiro ciclo completo de operações do novo Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI), durante o qual foi concluída a sua estrutura formal de equipe com a nomeação do secretário executivo no início do segundo trimestre de 2011.

Um marco sem precedentes foi alcançado em 2011 com relação ao número de solicitações recebidas e declaradas qualificáveis (casos). O MICI cuidou de 31 solicitações (nove em 2010 e 22 recebidas em 2011), 15 das quais foram declaradas qualificáveis para a Fase de consulta ou Fase de conformidade e processadas como casos durante o ano.

Dos 15 casos processados até esta data, três foram resolvidos de modo bem-sucedido na Fase de consulta, e oito estão em diferentes estágios do processo na Fase de consulta; os outros quatro estão na Fase de conformidade. Uma solicitação permaneceu na dependência de uma determinação de qualificação na Fase de consulta.

Auditoria e avaliação

Em 2011, o *escritório do Auditor Executivo* (AUG) continuou usando uma abordagem integrada de auditoria baseada em riscos para fornecer serviços de auditoria interna para apoiar o grupo do BID. Como parte de suas atividades principais na área operacional, o AUG realizou uma auditoria funcional e reviu a supervisão de projeto em seis divisões setoriais, bem como os controles internos e atividades administrativas de oito escritórios de país. Nas áreas não operacionais, o AUG realizou auditorias de tecnologia da

informação, controles gerais de computador, finanças, aquisições, orçamentos e recursos humanos, incluindo os planos de benefícios de aposentadoria e pós-aposentadoria.

Além disso, em nome da administração e dos auditores externos, o AUG testou a eficácia dos controles de todo o Banco, determinados controles-chave dos processos de negócios e controles relacionados à tecnologia da informação, como parte do processo anual do Banco que emite relatórios sobre a eficácia dos controles internos dos relatórios financeiros.

O ano foi de mudanças significativas para o *Escritório de Avaliação e Supervisão* (OVE, na sigla em inglês). No início do ano um painel de revisão independente de peritos externos foi instituído pela Diretoria Executiva para realizar um estudo detalhado da função de avaliação do Banco. O relatório emitido pelo painel, *“Fortalecimento da avaliação para aprimorar os resultados de desenvolvimento”*, fez várias recomendações para garantir uma função de avaliação dinâmica e útil no BID. Um novo diretor do OVE foi nomeado em junho e, desde então, tem trabalhado para resolver as questões discutidas no relatório, incluindo atualização do mix de produtos de avaliação, criando um ambiente de aprendizagem colaborativa e expandindo a ênfase do OVE em divulgação e comunicação. O OVE também trabalha com a administração para fortalecer a autoavaliação e o acompanhamento da resposta da administração das recomendações de avaliação, duas atividades que continuarão a ser enfatizadas em 2012.

O OVE continuou a produzir uma gama completa de avaliações em 2011. Avaliações de Programas de País (CPEs) foram concluídas em nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Haiti, Honduras, Peru, Suriname e Uruguai — e contribuirá para o desenvolvimento de novas estratégias do Banco para esses países. Empréstimos do Banco para o setor privado foram objetos de duas avaliações pontuais — gestão de risco e concessão de empréstimos a entidades subnacionais. O OVE completou também uma série de avaliações de impacto retrospectivas e uma avaliação dos aspectos da estratégia de aprendizagem e conhecimento do Banco. É importante destacar que o escritório ajudou a lançar uma iniciativa significativa para o desenvolvimento da capacidade de avaliação — o programa CLEAR (centros de aprendizagem em avaliação e resultados) — na região. Daqui para frente, a estratégia do OVE continuará a enfatizar a qualidade e utilidade em seus próprios produtos, parceria, divulgação e desenvolvimento de capacidade em suas interações com a administração, clientes e outras partes interessadas.

Gestão de riscos

Em 2011, o Banco continuou a fortalecer a eficácia de suas práticas de gestão de riscos financeiros e operacionais melhorando as suas capacidades por meio da execução de vários projetos/ iniciativas contempladas no acordo BID-9.

O Relatório de risco financeiro foi introduzido com o objetivo de oferecer à Alta Administração e à Diretoria Executiva uma visão geral consolidada dos riscos financeiros e operacionais incorridos pelo Banco. Ele também busca fortalecer a consciência e a cultura de gestão de risco do Banco.

A conclusão da taxonomia de risco do Banco foi uma parte essencial dos esforços constantes para assegurar a coordenação de todo o Banco na gestão e supervisão dos diversos riscos enfrentados pelo Banco. Essa taxonomia facilita a análise de riscos principais e cria um inventário da atual gestão de risco e atividades de supervisão do Banco.

Na área de risco de crédito, foram realizadas revisões de gestão de carteira periódicas da carteira NSG do Banco, para monitorar a diversificação da qualidade e da carteira de crédito. Além disso, uma atualização de grande porte do Sistema de Classificação de Risco Creditício do Banco (CRCS) foi lançada com o objetivo de segregar os componentes da perda de crédito prevista e que permita avaliação e modelagem mais precisas e detalhadas.

Na área de risco estratégico, o Banco continuou a realizar o monitoramento de sua suficiência de capital através de modelagem

e geração de relatórios trimestrais do Índice de utilização de capital (CUR), incluindo a revisão anual da metodologia e dos parâmetros, tendo em conta a experiência adquirida durante a implementação da política. Como resultado da revisão anual, a exposição do Banco a mudanças em sua obrigação de financiar os seus planos de aposentadoria foi introduzida como um novo tipo de risco e — entre outras mudanças — as correlações entre os tipos diferentes de risco foram incluídas nos cálculos e o seu impacto reflete-se nos relatórios CUR trimestrais emitidos em 2011.

O Banco continuou a executar atividades de gestão de ativos e passivos (ALM), incluindo modelagem de ALM, emissão de relatórios e implementação das respectivas diretrizes coerentes com a nova política de ALM aprovada pela Diretoria Executiva em 2010. A política prevê uma revisão abrangente dos aspectos de ALM, incluindo novos elementos para aumentar a eficiência da alocação de capital. Estes, juntamente com uma nova estratégia para administrar ativamente a duração do capital e colocar limite no montante de resgate da dívida, são projetados para dar retornos estáveis e melhorados sobre o patrimônio e controlar o risco de refinanciamento.

Na área de risco de tesouraria, o Banco implantou um processo aprimorado de alocação de ativos estratégicos que será usado para

Nicarágua — um programa para fortalecer serviços de saúde animal e vegetal concentra na prevenção e erradicação de doenças de gado, na segurança alimentar e em um sistema nacional de certificação agroalimentar.





Ecuador — um programa do Fumin enfatiza modelos de parcerias como parte do processo de formalização, especialmente nos setores de artesanato e turismo, para impulsionar a competitividade de micro, pequenas e médias empresas no distrito de Otavalo.

atualizar a estratégia de investimento do Banco. Com relação a atual conjuntura econômica, o Banco manteve-se vigilante à evolução do mercado, incluindo a crise da dívida europeia, as discussões do déficit orçamentário dos EUA, o debate do teto da dívida e a condição dos bancos europeus, bem como a evolução do setor hipotecário residencial europeu e norte-americano. A avaliação periódica destes fatores, incluindo os efeitos das condições macroeconômicas de crescimento globais e liquidez nos mercados financeiros são considerados na realização da avaliação profunda e fundamental de emitentes e títulos/contrapartes de derivativos de investimentos complexos. Neste sentido, medidas de risco tais como Value-at-Risk (VAR), análise de cenário e testes de estresse são realizados para avaliar o seu impacto na carteira de tesouraria e derivativos do Banco, incluindo as posições em ABS/MBS. Tendo em conta a perspectiva negativa prevista, o Banco continuará a acompanhar de perto a evolução do mercado.

Na área de risco operacional, uma estrutura de gestão de risco operacional foi aprovada após uma abordagem abrangente mas econômica, adequada à natureza dos riscos operacionais enfrentados pelo Banco. Esta estrutura contempla um processo de gestão de risco que funcionará como um ciclo de melhoria contínua, onde as unidades de negócio periodicamente realizam avaliações de controle e risco, desenvolvem planos de ação para minimizar riscos que excedem níveis aceitáveis e desenvolvem indicadores de risco chave para monitorar os níveis de risco e decidir sobre as ações a serem realizadas quando os indicadores excederem limites predefinidos. Utilizando lições aprendidas em uma fase inicial, a implementação da estrutura continuou a ser executada gradualmente, com prioridade nas áreas do Banco mais suscetíveis a eventos de grande risco operacional.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro			
	2011		2010	
ATIVO				
Caixa e investimento				
Caixa — Notas C e W	\$ 1,189		\$ 242	
Investimentos — Curto prazo — Notas D, K, L e W. Anexo I-1	13,703	\$14,892	16,356	\$16,598
Saldo de empréstimos — Notas E, T e W, Anexos I-2 e I-3				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	66,130		63,007	
	(150)	65,980	(145)	62,862
Juros e outros encargos acumulados				
Sobre investimentos	40		38	
Sobre empréstimos	466		480	
Sobre swaps, líquido	345	851	347	865
Valores a receber de países membros — Nota G				
Obrigações não negociáveis e não remuneradas				
Obrigações à demanda	73		90	
Notas a prazo	221		236	
Valores necessários para a manutenção de valor de ativos monetários	1	295	52	378
Swaps cambiais e de taxa de juros — Notas K, L e W				
Investimentos — curto prazo — Anexo I-1	11		7	
Empréstimos	112		38	
Captações — Anexo I-4	6,702		5,887	
Outras	215	7,040	—	5,932
Outros ativos				
Ativos de benefícios pós-aposentadoria — Nota S	—		163	
Valores a receber sobre a venda de títulos para investimento	2		48	
Imobilizado, líquido — Note H	325		324	
Outros	47	374	47	582
Total do ativo		\$89,432		\$87,217
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivo				
Captações — Notas I, J, L e W, Anexo I-4				
Curto prazo	\$ 898		\$ 30	
Médio e longo prazo:				
Medidas ao valor justo	48,901		52,846	
Medidas ao custo amortizado	14,124	\$63,923	10,077	\$62,953
Swaps cambiais e de taxa de juros — Notas K, L e W				
Investimentos — curto prazo — Anexo I-11	80		55	
Empréstimos	1,658		693	
Captações — Anexo I-4	794		808	
Outras	—	2,532	72	1,628
Valor a pagar sobre compra de títulos para investimento e garantias recebidas em numerário		943		13
Passivo de benefícios pós-aposentadoria — Nota S		796		74
Valores devidos ao Fundo Não Reembolsável do BID		272		72
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários — Nota G		219		535
Juros acumulados sobre captações		538		555
Contas a pagar e despesas provisionadas		415		427
Total do passivo		69,638		66,257
Patrimônio líquido				
Capital — Nota O, Anexos I-5 e I-6				
Subscrito 8.702,335 ações	104,980		104,980	
Menos parcela exigível	(100,641)		(100,641)	
Capital integralizado	4,339		4,339	
Lucros retidos — Nota P	15,488		15,771	
Outros resultados abrangentes acumulados — Nota Q	(33)	19,794	850	20,960
Total do Passivo e patrimônio líquido		\$89,432		\$87,217

As Notas e Anexos são parte integrante destas demonstrações financeiras e estão disponíveis no site do Banco em www.iadb.org/ar/2011.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E LUCROS RETIDOS

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2011	2010	2009
Receitas			
Investimentos — Nota K			
Juros, depois dos swaps — Notas E e K	\$ 1,683	\$ 1,764	\$ 1,934
Outras receitas de empréstimos	59	66	68
	<u>1,742</u>	<u>1,830</u>	<u>2,002</u>
Empréstimos			
Juros	99	178	303
Ganhos, líquido	9	446	528
Outras receitas de juros — Nota K	112	7	—
Outras	18	21	15
Receitas totais	<u>1,980</u>	<u>2,482</u>	<u>2,848</u>
Despesas			
Despesas de captação			
Juros depois dos swaps — Notas I, J, K e L	455	523	929
Custos de captação	12	27	24
Custos (receita) de recompra de dívida	(5)	—	(2)
	<u>462</u>	<u>550</u>	<u>951</u>
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias — Nota F	3	24	(21)
Despesas administrativas — Nota B	600	573	530
Programas especiais	79	83	94
Despesas totais	<u>1,144</u>	<u>1,230</u>	<u>1,554</u>
Lucro (prejuízo) antes dos ajustes líquidos de valor justo realizados nas carteiras com exceção das de curto prazo e transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores	836	1,252	1,294
Ajustes líquidos do valor justo nas carteiras com exceção das de curto prazo — Notas I, J, K e R	(919)	(850)	(500)
Transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores — Nota N	(200)	(72)	—
Lucro (prejuízo) líquido	(283)	330	794
Lucros retidos, início do exercício	15,771	15,441	14,647
Lucros retidos, encerramento do exercício	<u>\$15,488</u>	<u>\$15,771</u>	<u>\$15,441</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhões de dólares norte-americanos

	Years ended December 31,		
	2011	2010	2009
Lucro (prejuízo) líquido	\$ (283)	\$330	\$ 794
Outros lucros (prejuízos) abrangentes — Nota Q			
Ajustes de conversão	(3)	(25)	(72)
Reconhecimento de variação em ativos/passivos de benefícios pós-aposentadoria — Nota S	(880)	(19)	506
Reclassificação como resultado — hedges de fluxo de caixa	—	—	2
Total dos outros lucros (prejuízos) abrangentes	<u>(883)</u>	<u>(44)</u>	<u>436</u>
Lucro (prejuízo) abrangente	<u>\$ (1,166)</u>	<u>\$286</u>	<u>\$1,230</u>

As Notas e Anexos são parte integrante destas demonstrações financeiras e estão disponíveis no site do Banco em www.iadb.org/ar/2011.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2011	2010	2009
Fluxos de caixa gerados por atividades de empréstimo e investimento			
Empréstimos:			
Desembolsos de empréstimos (líquidos de participações)	\$ (7,898)	\$(10,341)	\$(11,424)
Liquidações de empréstimos (líquidos de participações)	4,601	5,598	4,542
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo	(3,297)	(4,743)	(6,882)
Compras brutas de investimentos mantidos até o vencimento	—	(4,409)	(4,232)
Recursos brutos gerados pelo vencimento ou a venda de investimentos mantidos até o vencimento	—	7,373	4,253
Aquisição de imobilizado	(21)	(33)	(21)
Outros ativos e passivos diversos	(9)	(30)	(8)
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo e investimento . . .	(3,327)	(1,842)	(6,890)
Fluxos de caixa gerados por atividades de financiamento			
Captações de médio e longo prazo:			
Recursos gerados por emissões de títulos	6,808	11,726	16,181
Amortizações	(7,919)	(9,998)	(6,086)
Captações de curto prazo:			
Recursos gerados por emissões de títulos	6,121	469	2,571
Amortizações	(5,253)	(2,349)	(3,752)
Garantias recebidas em numerário	898	12	1
Valores recebidos de países membros	71	30	3
Pagamentos de manutenção de valor para países membros	(317)	—	—
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades de financiamento . . .	409	(110)	8,918
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais			
Compras brutas de investimentos de curto prazo	(21,150)	(31,865)	(33,542)
Recursos brutos gerados pela venda ou o vencimento de investimentos de curto prazo	23,977	32,691	30,475
Receita de operações de crédito, após os swaps	1,748	1,864	2,152
Juros e outros encargos sobre captações, após os swaps	(215)	(373)	(1,009)
Receita de investimentos	18	251	305
Outras receitas de juros	114	—	—
Outras receitas	18	21	15
Despesas administrativas	(576)	(574)	(446)
Programas especiais	(69)	(55)	(38)
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais	3,865	1,960	(2,088)
Efeito de flutuações de taxas de câmbio sobre o saldo de caixa	—	(8)	1
Aumento (redução) no saldo de caixa, líquido	947	—	(59)
Caixa, início do exercício	242	242	301
Caixa, encerramento do exercício	\$ 1,189	\$ 242	\$ 242

As Notas e Anexos são parte integrante destas demonstrações financeiras e estão disponíveis no site do Banco em www.iadb.org/ar/2011.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro			
	2011		2010	
ATIVO				
Caixa e investimentos				
Caixa — Notas C e P	\$ 426		\$ 400	
Investimentos — Notas D, E, P e Anexo II-1	<u>786</u>	<u>\$1,212</u>	<u>1,013</u>	\$1,413
Saldo de empréstimos — Notas F, P e Anexo II-2		4,162		4,004
Juros e outros encargos acumulados sobre empréstimos		17		18
Valores a receber de países membros — Nota H				
Obrigações não negociáveis e não remuneradas:				
Obrigações à demanda	449		454	
Notas a prazo	121		133	
Valores necessários para a manutenção de valor de ativos monetários	<u>63</u>	<u>633</u>	<u>89</u>	676
Outros ativos		1		1
Total do ativo		<u>\$6,025</u>		<u>\$6,112</u>
PASSIVO E SALDO DO FUNDO				
Passivo				
Contas a pagar e despesas provisionadas	\$ 5		\$ 4	
Projetos de cooperação técnica e outros financiamentos a desembolsar — Nota I	49		86	
Valores devidos ao Fundo Não Reembolsável do BID — Nota J ...	253		384	
Valores a pagar para a manutenção de ativos monetários — Nota H	<u>289</u>	<u>\$ 596</u>	<u>292</u>	\$ 766
Saldo do fundo				
Cotas de contribuição autorizadas e subscritas — Nota K e Anexo II-3	10,189		10,000	
Menos: Cotas de contribuição a receber	<u>(120)</u>		<u>—</u>	
	10,069		10,000	
Reserva (déficit) geral — Nota L	(4,738)		(4,758)	
Ajustes de conversão acumulados — Nota M	<u>98</u>	<u>5,429</u>	<u>104</u>	5,346
Total do passivo e saldo do fundo		<u>\$6,025</u>		<u>\$6,112</u>

As Notas e Anexos são parte integrante destas demonstrações financeiras e estão disponíveis no site do Banco em www.iadb.org/ar/2011.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E RESERVA (DÉFICIT) GERAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2011	2010	2009
Receitas			
Empréstimos			
Juros	\$ 65	\$ 69	\$ 75
Outras receitas de empréstimos	3	5	8
	68	74	83
Investimentos — Nota D	5	17	57
Receitas totais	73	91	140
Despesas			
Despesas administrativas — Nota B	18	11	12
Despesas totais	18	11	12
Lucro antes da cooperação técnica, alívio da dívida e transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores	55	80	128
Despesas com cooperação técnica	(9)	24	23
Despesas com alívio da dívida — Nota G	—	484	(3)
Transferências para o Fundo Não Reembolso do BID aprovadas pela Assembleia de Governadores — Nota L	44	364	122
Lucro (prejuízo) líquido	20	(792)	(14)
Reserva geral (déficit), início do exercício	(4,758)	(3,966)	(3,952)
Reserva geral (déficit), encerramento do exercício	<u>\$(4,738)</u>	<u>\$(4,758)</u>	<u>\$(3,966)</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhões de dólares norte-americanos

	Years ended December 31,		
	2011	2010	2009
Lucro (prejuízo) líquido	\$20	\$(792)	\$(14)
Translation adjustments—Note M	(6)	(7)	9
Lucro (prejuízo) abrangente	<u>\$14</u>	<u>\$(799)</u>	<u>\$ (5)</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Years ended December 31,		
	2011	2010	2009
Fluxos de caixa gerados por atividades de empréstimo			
Desembolsos de empréstimos	\$ (368)	\$ (398)	\$(414)
Liquidações de empréstimos	195	214	220
Participações em empréstimos, líquido	(5)	(4)	(2)
Outros ativos e passivos diversos	1	—	—
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo	(177)	(188)	(196)
Fluxos de caixa gerados por atividades de financiamento			
Valores recebidos de países membros	51	30	49
Cotas de contribuição de países membros	68	236	125
Caixa líquido gerado por atividades de financiamento	119	266	174
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais			
Compras brutas de investimentos	(1,585)	(1,847)	(886)
Recursos brutos gerados pela venda ou o vencimento de investimentos	1,771	1,867	872
Receitas de operações de crédito	70	74	80
Receita de investimentos	37	19	31
Despesas administrativas	(20)	(10)	(13)
Financiamentos de cooperação técnica e outros	(26)	(26)	(25)
Transferências de caixa para o Fundo Não Reembolsável do BID	(175)	(134)	(41)
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais	72	(57)	18
Efeito de flutuações de taxas de câmbio sobre o saldo de caixa	12	10	8
Aumento no saldo de caixa, líquido	26	31	4
Caixa, início do exercício	400	369	365
Caixa, encerramento do exercício	\$ 426	\$ 400	\$ 369

As Notas e Anexos são parte integrante destas demonstrações financeiras e estão disponíveis no site do Banco em www.iadb.org/ar/2011.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro	
	2011	2010
ATIVO		
Investimentos	\$ —	\$ —
de caixa — Notas C, D e Anexo III-1	171	200
Total do ativo	<u>\$171</u>	<u>\$200</u>
PASSIVO E SALDO DO FUNDO		
Passivo		
Valores devidos ao Capital ordinário	\$ 4	\$ 7
Saldo do fundo	167	193
Total do passivo e saldo do fundo	<u>\$171</u>	<u>\$200</u>

MUTAÇÕES DO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares norte-americanos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2011	2010	2009
Acréscimos			
Receita de investimentos — Nota C	\$ 1	\$ 5	\$ 12
Total de acréscimos	1	5	12
Deduções			
Juros pagos em nome de tomadores de Capital ordinário	27	33	39
Total de deduções	27	33	39
Mutações do saldo do fundo	(26)	(28)	(27)
Saldo do Fundo, início do exercício	193	221	248
Saldo do Fundo, encerramento do exercício	<u>\$167</u>	<u>\$193</u>	<u>\$221</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares norte-americanos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2011	2010	2009
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais			
Receita de investimentos	\$ 4	\$ 4	\$ 1
Juros pagos em nome de tomadores de Capital ordinário	(30)	(33)	(35)
Redução de investimentos, líquido	26	28	34
Caixa líquido gerado aplicado em atividades operacionais e redução de caixa, líquido	—	(1)	—
Caixa, início do exercício	—	1	1
Caixa, encerramento do exercício	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>	<u>\$ 1</u>

As Notas e Anexos são parte integrante destas demonstrações financeiras e estão disponíveis no site do Banco em www.iadb.org/ar/2011.

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro	
	2011	2010
ATIVO		
Valores devidos do Fundo de Operações Especiais	\$253	\$384
Valores devidos do Capital ordinário	272	72
Total do ativo	<u>\$525</u>	<u>\$456</u>
PASSIVO E SALDO DO FUNDO		
Passivo		
Subvenções não desembolsadas — Nota D	\$481	\$415
Saldo do fundo	44	41
Total do passivo e saldo do fundo	<u>\$525</u>	<u>\$456</u>

MUTAÇÕES DO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares norte-americanos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2011	2010	2009
Acréscimos			
Transferências do Fundo de Operações Especiais	\$ 44	\$364	\$122
Transferências do Capital ordinário	200	72	—
Total de acréscimos	244	436	122
Deduções			
Subvenções	241	395	122
Mutações do saldo do fundo	3	41	—
Saldo do Fundo, início do exercício	41	—	—
Saldo do Fundo, encerramento do exercício	<u>\$ 44</u>	<u>\$ 41</u>	<u>\$ —</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares norte-americanos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro,		
	2011	2010	2009
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais			
Transferências de caixa do Fundo de Operações Especiais . . .	\$ 175	\$ 134	\$ 41
Desembolsos de subvenções	(175)	(134)	(41)
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais, líquido	—	—	—
Caixa, início do exercício	—	—	—
Caixa, encerramento do exercício	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>

As Notas e Anexos são parte integrante destas demonstrações financeiras e estão disponíveis no site do Banco em www.iadb.org/ar/2011.

ANEXO I. DECLARAÇÃO DE OPERAÇÕES APROVADAS (ACIMA DE US\$ 5 MILHÕES), 2011

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

País	Nome do projeto	Tipo	Quantia
Argentina	Desenvolvimento de Corredores de Turismo	GOM	80
	Fornecer eletricidade às Regiões do País de acordo com o Plano de Transmissão de Eletricidade Federal	ESP	120
	Fortalecimento de Políticas sobre Infância, Adolescência, e Família	ESP	10
	Programa de Melhoria de Bairros, Segunda Operação Individual	CLP	400
	Programa de Serviços Agrícolas de Províncias - PROSAP III	CLP	230
	Água e Saneamento para a Área Metropolitana de Buenos Aires	CLP	200
	Fortalecendo do Ministério de Economia e Finanças	ESP	13
	Infraestrutura de rodovia II	CLP	200
	Logística de praças	PSI	20
	Programa de emergência em resposta à erupção do vulcão Puyehue	ERF	20
	Banco CMF – Linha para pequenas e médias empresas	PSI	15
Bahamas	Programa de Reforma do Transporte Aéreo	PBL	50
	Atualização dos Sistemas Hídrico e de Saneamento de New Providence	ESP	81
Barbados	Apoio para Estrutura de Energia Sustentável (SEFB) II	PBP	70
Belize	Programa de Infraestrutura para Mitigação de Inundações para a cidade de Belize	ESP	10
Bolivia	Programa de Apoio de Política fiscal e Descentralização II	PBP	62
	Programa de Melhoria para Gestão Municipal	ESP	52
	Programa Hídrico e de Saneamento para Pequenas Localidades e Comunidades Rurais	GOM	20
	Fortalecimento de Redes de Saúde Integradas no Departamento de Potosi	ESP	35
	Fortalecimento de Cadeias de Valor na Base da Pirâmide	PSI	5
	Programa de Registro Mestre de Beneficiários	ESP	5
	Linha de Transmissão entre Cochabamba – La Paz	ESP	78
Brasil	Programa de Humanização e Modernização de Saúde	ESP	22
	Programa para Modernização da Gestão de Bens Fixos do Governo Federal	ESP	15
	Programa de Desenvolvimento Social e Urbano Integrado do Município de Paranaguá	GCR	17
	PROFISCO – Projeto de Modernização Fiscal do Estado de Sergipe (PROMOFAZ)	ESP	6
	Reabilitação para Usina Hidroelétrica Luiz Carlos Barreto e Furnas	ESP	129
	Programa de Saneamento Ambiental para Municípios na Área da Baía de Guanabara – PSAM	GOM	452
	Projeto do Rodoanel Mário Covas – Seção Norte	ESP	1.149
	Programa Social e Ambiental para os Igarapés em Manaus – PROSAMIM III	GOM	280
	"Banorte Todo Dia – O Bando do Bairro"	PSI	5
	Projeto SCB TFFP BicBanco	PSI	5
	Navio Delba – Alteração para Linha de Contingência e Reestruturação	PSS	5
Chile	Banco BIC – Linha access2services	PSI	50
	Apoio para o Estabelecimento de um Sistema de Comércio Estrangeiro Integrado	ESP	8
	Subsolo	PSI	32
Colômbia	Banco BICE – Linha access2services	PSI	50
	Programa para Apoio à Política de Logística Nacional	PBP	300
	Sistemas de Transporte Público Estratégico	GOM	320
	Fortalecimento do Escritório do Procurador General – Fase Dois	ESP	10
	Programa de Projeto de Hipoteca para Famílias de Baixa Renda	PGU	5
	Programa de Adaptação de Mudança Climática e Gestão de Risco de Desastres	PBP	120
	Mecanismo de Garantia Ambiental Bancolombia	PGU	30

(continua na página seguinte)

ANEXO I. DECLARAÇÃO DE OPERAÇÕES APROVADAS (ACIMA DE US\$ 5 MILHÕES), 2011 (CONTINUAÇÃO)

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

País	Nome do projeto	Tipo	Quantia
Costa Rica	Programa de Promoção de Inclusão Social e Prevenção da Violência	ESP	132
El Salvador	Proposta para Redução de Vulnerabilidade em Bairros Urbanos Informais	ESP	50
	Programa de Transporte para a Área Metropolitana de San Salvador	ESP	45
	<i>Cidade Mulher</i>	ESP	20
	Programa para Apoio de Desenvolvimento de Produção para Integração Internacional	ESP	30
	Apoio Programático para a Agenda de Reformas Estruturais em Energia Elétrica	PBP	100
	Programa de Conectividade Rural para as Zonas Norte e Leste	GOM	15
Equador	Programa para Fortalecimento do Ciclo de Pré-Investimento	ESP	40
	Programa de Eletrificação para Áreas Urbanas Marginais e Rurais	ESP	40
	Programa de Reforma Institucional e Administração Pública	ESP	250
	Programa de Segurança do Cidadão	ESP	10
	Financiamento para o Banco Pichincha pela Linha de Dívida Subordinada LACC	PSI	40
	Finanças para pequenas e médias empresas, Banco Bolivariano	PSI	15
	Financiamento para Banco Guayaquil pela Linha de Dívida Subordinada LACC	PSI	15
	Programa de Crédito Global para Apoio a Microfinanças	GCR	50
	Proteção e Recuperação de Ativos de Herança Cultural	ESP	38
	Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano	GOM	71
Guatemala	Financiamento para o Banco G&T Continental pela Linha de Dívida Subordinada LACC	PSI	45
	Banco Industrial S.A. - Projeto TFFP pela Linha SCB	PSI	5
Guiana	Programa de Reabilitação de Suprimento Hídrico de Linden	ESP	12
	Operação Sustentável do Setor de Eletricidade e Qualidade Aprimorada dos Serviços	ESP	5
Haiti	Financiamento Adicional para a Usina Hidroelétrica Peligre	SUP	20
	Apoio para o Setor de Transporte	GOM	55
	Programa de Infraestrutura	GOM	55
	Programa de Serviços de Treinamento e Desenvolvimento de Negócios para Investimentos	ESP	11
	Transferência de Tecnologia para Pequenos Fazendeiros	ESP	15
	Apoio para a Implementação do Plano e Reforma de Educação	ESP	50
	Programa de Modernização e Transformação Institucional do Setor de Energia I	PBP	35
Honduras	Apoio para o Censo Habitacional e Populacional de 2012	ESP	25
	Programa de Integração de Tecnologia e Ensino Primário	ESP	37
	Fortalecimento da Rede de Segurança Financeira e Melhoria do Acesso ao Financiamento	PBP	40
	Linha Ambiental do Banco Atlántida	PSI	20
	Apoio para Reforma de Gestão de Recursos Humanos e Instituições de Pensão	PBP	40
Jamaica	Programa de Conservação e Eficiência de Energia	ESP	20
	Programa de Gestão de Desempenho e Financeiro Público III	PBP	60
	Programa de Proteção de Capital Humano II	PBP	50
	Programa de Melhoria do Suprimento Hídrico da Área Metropolitana de Kingston (KMA)	ESP	133
	Programa de Modernização da Administração Fiscal	ESP	65
México	Programa para Fortalecimento de Bens Públicos Rurais	ESP	190
	Sustentabilidade dos Serviços de Suprimento Hídrico e Saneamento em Comunidades Rurais III	GOM	250
	Programa de Financiamento Rural	GCR	20
	Fortalecimento de Infraestrutura, Serviços Públicos e Institucional II	CLP	310

(continua na página seguinte)

ANEXO I. DECLARAÇÃO DE OPERAÇÕES APROVADAS (ACIMA DE US\$ 5 MILHÕES), 2011 (CONTINUAÇÃO)*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

País	Nome do projeto	Tipo	Quantia
	Segunda Operação Individual para Desenvolvimento Empresarial	CLP	50
	Programa de Suprimento Hídrico, de Saneamento e Higiene na Educação Básica	ESP	350
	Programa Abrangente para Tratamento da Pobreza Urbana	ESP	280
	Projeto Eólico Renovável Mareña	PSI	75
	Fundo de Tecnologia Limpa, Instalação de Financiamento de Energia Renovável	GCR	70
	Primeiro Desembolso – Linha de Financiamento Mezanino	PSI	35
Nicarágua	Programa Nacional de Energia Renovável e Eletrificação Sustentável (PNESER) II	ESP	22
	Melhoria da Gestão e Gastos de Saúde e Proteção Social	PBP	45
	Programa de Melhoria Habitacional e Residência Abrangente	ESP	20
	Melhoria de Saúde da Comunidade e da Família em Áreas Urbanas Altamente Vulneráveis	ESP	20
Panamá	Programa para Fortalecimento da Gestão Fiscal	ESP	50
	Programa de Fortalecimento de Serviços e Melhoria de Equidade e Saúde	ESP	50
	Programa para Reduzir a Vulnerabilidade a Desastres Naturais e Mudança Climática I	PBP	100
	Programa de Emergência para Resposta Imediata a Inundações	ERF	20
Paraguai	Programa para Apoio à Modernização do <i>Banco Nacional de Fomento</i>	TCR	6
	Apoio para o Censo Nacional Habitacional e Populacional	ESP	13
	Cimentos Tupi	PSI	52
	Programa de Suprimento Hídrico e Saneamento para a região de Chaco e cidades intermediárias	GOM	20
	Programa de Registro Cadastral II	ESP	25
	Apoio para a Agência de Financiamento para Desenvolvimento (AFD) – CCLIP III	GCR	50
	Programa de Apoio à Inserção da Mão de Obra	ESP	5
Peru	Modernização do Sistema de Administração de Justiça	ESP	26
	Desenvolvimento de uma Nova Matriz de Energia Sustentável, Programa III	PBP	25
	Cajamarquilla, Nieveria e Cerro Camote – Ampliação de Suprimento Hídrico e Saneamento	ESP	100
	Programa de Melhoria do Ensino Infantil em Ayacucho, Huancavelica e Huanuco	ESP	25
	Programa de Competitividade Agrícola II	PBP	25
	Programa para Reduzir a Vulnerabilidade do Estado a Desastres II	PBP	25
	Proposta para um projeto para o Programa de Reforma do Setor de Saneamento de Segunda Geração	PBP	25
	Apoio para a Agenda de Mudança Climática II	PBP	25
	Projeto da Usina Hidroelétrica Chaglla	PSI	150
	Banco Interamericano de Finanzas – Financiamento da Linha de Dívida Subordinada LACC	PSI	20
Regional	Financiamento do Ensino Superior para Estudantes de Baixa Renda	PSI	10
	Linha de Financiamento BESI	PSI	50
	<i>Patrimônio Hoy</i>	PGU	10
	Programa de Investimento em Energia Eólica IMPSA	PSI	150
	Linha de Crédito Abengoa	PSI	200
República Dominicana	Programa de Desenvolvimento de Turismo – Cidade Colonial de Santo Domingo	ESP	30
	Programa para Apoio ao Sistema de Trabalho Nacional	ESP	20
	Linha de Seguro para Emergências Causadas por Desastres Naturais Catastróficos	ESP	24
	Apoio para o Programa de Proteção Social – Terceira Fase	PFM	80

(continua na página seguinte)

ANEXO I. DECLARAÇÃO DE OPERAÇÕES APROVADAS (ACIMA DE US\$ 5 MILHÕES), 2011 (CONTINUAÇÃO)*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

País	Nome do projeto	Tipo	Quantia
	Programa de Saúde e Segurança Agroalimentar	ESP	10
	Projeto de Energia Eólica do Bani	PSI	28
	Programa de Eficiência e Sustentabilidade do Setor de Energia	PBP	200
	Projeto de Energia Eólica PECASA	PSI	51
	Projeto SCB TFFP Banreservas	PSI	23
Suriname	Programa de Apoio à Proteção Social	ESP	15
	Fortalecimento do Setor Financeiro I	PBP	40
	Programa de Gestão de Gastos do Capital Público	PBP	20
	Censo Nacional Habitacional e Populacional: Uso Crescente de Estatísticas Básicas	ESP	5
Trinidad e Tobago	Programa de Reforma da Rede de Segurança Social	HIB	50
	Programa de Reabilitação da Infraestrutura de Águas Servidas	ESP	50
	Programa para Apoio à Agenda de Mudança Climática I	PBP	80
	Programa de Energia Sustentável	PBP	60
	Fortalecimento da Estrutura Regulamentar e de Supervisão do Setor Financeiro	PBP	50
Uruguai	Programa para Apoio aos Serviços de Exportação Global	ESP	10
	Financiamento Adicional para o Programa de Saneamento de Montevideú (PSU IV)	SUP	43
	Programa de Desenvolvimento de Produção Rural	ESP	28
	Programa para Apoio à Gestão do Governo Eletrônico II	ESP	11
	Apoio para o Desenvolvimento do Turismo	ESP	5
	Montes del Plata	PSI	200
	Saneamento Ambiental e Drenagem	ESP	21
Venezuela	Apoio para Sistemas de Suprimento Hídrico de Pequenas Cidades e Localidades Rurais – Fase II	GOM	100
	Programa de Resposta de Emergência a Chuvas	ERF	20

Legenda: CLP, Linha de crédito condicional para investimento; ERF, Linha de reconstrução de emergência; ESP, Investimento; GCR, Crédito global; GOM, Global de diversas obras; PBL/PBP/HIB, Com base em política e programático; PFM, Diversas fases; PGU, Garantia do setor privado; PSI, Investimento do setor privado; PSS, Complementar do setor privado; SUP, Financiamento complementar; TCR, Cooperação técnica reembolsável

ANEXO II. DEMONSTRATIVO DOS SALDOS DE EMPRÉSTIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

País membro em cujo território foram feitos os empréstimos	Capital Ordinário		Subtotal	Fundo para Operações Especiais ¹	Total
	Con garantia soberana	Sem garantia soberana			
Argentina	\$10.563	\$ 89	\$10.652	\$ 63	\$10.715
Bahamas	178	—	178	—	178
Barbados	243	—	243	5	248
Belize	110	—	110	—	110
Bolívia	203	34	237	558	795
Brasil	14.176	1.005	15.181	139	15.320
Chile	601	43	644	—	644
Colômbia	6.763	83	6.846	60	6.906
Costa Rica	360	221	581	21	602
El Salvador	1.739	47	1.786	336	2.122
Equador	1.944	160	2.104	379	2.483
Guatemala	1.887	91	1.978	277	2.255
Guiana	34	—	34	332	366
Honduras	204	35	239	612	851
Jamaica	1.310	36	1.346	18	1.364
México	9.782	119	9.901	2	9.903
Nicarágua	178	23	201	772	973
Panamá	1.341	121	1.462	9	1.471
Paraguai	855	25	880	248	1.128
Peru	3.260	646	3.906	17	3.923
República Dominicana	1.992	62	2.054	251	2.305
Suriname	165	3	168	4	172
Trinidad e Tobago	665	—	665	5	670
Uruguai	1.987	39	2.026	6	2.032
Venezuela	2.105	—	2.105	—	2.105
Regional	169	334	503	48	551
Corporação Interamericana de Investimentos	—	100	100	—	100
Total	\$62.814	\$3.316	\$66.130	\$4.162	\$70.292

¹ Não inclui participações em empréstimos vendidos ao Fundo Fiduciário de Progresso Social num total de US\$ 22 milhões, incluindo US\$ 2 milhões à Costa Rica, US\$ 3 milhões à República Dominicana, US\$ 4 milhões ao Equador, US\$ 8 milhões a El Salvador, US\$ 2 milhões à Guatemala, US\$ 2 milhões ao Panamá e US\$ 1 milhão ao Paraguai.

ANEXO III. SUBSCRIÇÕES DO CAPITAL, QUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO E PODER DE VOTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011¹

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	Capital subscrito do Capital Ordinário			Porcentagem do número totalde Votos ²	Quotas de contribuição para o FOE
Países membros	Integralizado	Exigível	Total		
Países regionais em desenvolvimento					
Argentina	\$ 465,1	\$10.393,8	\$10.858,9	10,751	\$ 532,2
Bahamas	11,6	198,3	209,9	0,209	11,2
Barbados	5,6	124,3	129,9	0,130	1,9
Belize	7,2	103,5	110,7	0,111	8,0
Bolívia	37,3	834,4	871,7	0,865	51,1
Brasil	465,1	10.393,8	10.858,9	10,751	544,4
Chile	127,7	2.853,9	2.981,6	2,953	166,1
Colômbia	127,7	2.853,9	2.981,6	2,953	161,2
Costa Rica	18,7	417,1	435,7	0,433	24,5
El Salvador	18,7	417,1	435,7	0,433	22,5
Equador	24,9	556,8	581,7	0,577	31,9
Guatemala	24,9	556,8	581,7	0,577	34,4
Guiana	7,8	153,8	161,6	0,162	8,7
Haiti	18,7	417,1	435,7	0,433	22,9
Honduras	18,7	417,1	435,7	0,433	27,8
Jamaica	24,9	556,8	581,7	0,577	30,2
México	299,0	6.681,3	6.980,3	6,912	329,0
Nicarágua	18,7	417,1	435,7	0,433	25,4
Panamá	18,7	417,1	435,7	0,433	26,7
Paraguai	18,7	417,1	435,7	0,433	29,3
Peru	62,3	1.390,7	1.453,0	1,440	84,0
República Dominicana	24,9	556,8	581,7	0,577	35,7
Suriname	5,7	82,9	88,6	0,089	6,3
Trinidad e Tobago	18,7	417,1	435,7	0,433	20,9
Uruguai	49,9	1.114,3	1.164,2	1,154	58,7
Venezuela	249,3	5.568,5	5.817,8	5,761	315,3
Total dos países regionais em desenvolvimento	2.170,5	48.311,4	50.481,1	50,015	2.610,3
Canada ³	173,7	7.906,1	8.079,8	4,001	327,2
Estados Unidos	1.303,0	29.006,7	30.309,7	30,006	5.076,4
Países não regionais					
Alemanha	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	241,3
Áustria	6,9	153,7	160,6	0,161	21,0
Bélgica	14,2	316,8	331,0	0,329	44,6
China	0,1	2,1	2,2	0,004	131,1
República da Coreia	0,1	2,1	2,2	0,004	1,0
Croácia	2,1	46,4	48,5	0,050	6,2
Dinamarca	7,3	163,4	170,8	0,171	21,0
Eslovênia	1,3	28,1	29,4	0,031	3,6
Espanha	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	226,4
Finlândia	6,9	153,7	160,6	0,161	19,9
França	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	232,8
Israel	6,8	151,5	158,3	0,158	18,0
Itália	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	227,2
Japão	217,1	4.833,2	5.050,3	5,001	623,3
Noruega	7,3	163,4	170,8	0,171	21,0
Países Baixos	14,6	325,6	340,3	0,338	36,9
Portugal	2,3	51,7	54,0	0,055	7,8
Reino Unido	41,8	929,9	971,7	0,964	183,9
Suécia	14,1	314,8	328,9	0,327	42,2
Suiça	20,4	454,2	474,7	0,471	66,7
Total dos membros não regionais	692,5	15.416,5	16.109,0	15,979	2.175,9
TOTAL GERAL	\$ 4.339	\$ 100.641	\$ 104.980	100,000	\$ 10.189

¹ Devido ao arredondamento dos dados, os subtotais e o total geral podem não corresponder exatamente à soma das parcelas.

² O poder de voto de cada país membro é o mesmo na tomada de decisões referentes às operações do Capital Ordinário e do FOE. Exceto nos casos expressamente contemplados no Convênio Constitutivo do Banco, todas as questões são decididas pela maioria do poder de voto dos países membros.

³ O capital subscrito do Capital Ordinário inclui 334.887 ações temporárias exigíveis sem poder de voto e com valor nominal de US\$ 4.039,9 milhões. Essas ações não estão incluídas do cálculo de poder de voto.

ANEXO IV. ESCRITÓRIOS NACIONAIS E REPRESENTANTES

ARGENTINA, José Luis Lupo

Calle Esmeralda 130, pisos 19 y 20
(CPostal 181, Sucursal 1)
Buenos Aires Tel: 4320-1800

BAHAMAS, Astrid Wynter

IDB House, East Bay Street
(CPostal N-3743)
Nassau Tel: 396-7800

BARBADOS, Joel Branski

Mervue House, Marine Gardens, Hastings
(CPostal 402)
BB14047
Christ Church Tel: 227-8500

BELIZE, Anneke Jessen

1024 Newtown Barracks
101 1st floor
Marina Towers Building
(CPostal 1853)
Belize City Tel: 221-5300

BOLÍVIA, Baudouin Duquesne

Edificio "BISA", piso 5
Avda. 16 de Julio, 1628
(CPostal 5872)
La Paz Tel: 2217-7700

BRASIL, Fernando Carrillo-Flórez

Setor de Embaixadas Norte
Quadra 802 Conjunto F
Lote 39 - Asa Norte
70800-400 Brasília, D.F. Tel: 3317-4200

CHILE, Maria Camila Uribe

Avda. Pedro de Valdivia 0193, piso 11
(CPostal 16611)
Correo 9 (Providencia)
Santiago Tel: 431-3700

COLÔMBIA, Javier León

Carrera 7, N 71-21
Torre B, piso 19
Edificio Bancafe
Bogotá Tel: 325-7000

COSTA RICA, Fernando Quevedo

Centro Corporativo El Cedral
Torre I, piso 4
Escazú, San José Tel: 2588-8700

EL SALVADOR, Rodrigo Parot

Edificio World Trade Center, piso 4
89 Avda. Norte y Calle El Mirador
San Salvador Tel: 2233-8900

EQUADOR, Carlos N. Melo

Avda. 12 de Octubre N24-528 y Cordero
Ed. World Trade Center - Torre II, piso 9
(CPostal 17-07-9041)
Quito Tel: 299-6900

GUATEMALA, Juan José Taccone

3era Avenida 13-78, Zona 10
Torre Citigroup - Nivel 10
(CPostal 935)
Guatemala Tel: 2327-4300

GUIANA, Marco Carlo Nicolás

47 High Street, Kingston
(CPostal 10867)
Georgetown Tel: 225-7951

HAITI, Eduardo Marques Almeida

Banque interaméricaine de développement
Puits Blain 6, Route de Frères
Pétion-Ville
Port-au-Prince Tel: 2812-5000

HONDURAS, David Ian Walker

Colonia Lomas del Guijarro Sur
Primera Calle
(CPostal 3180)
Tegucigalpa Tel: 290-3500

JAMAICA, Ancile Brewster

40-46 Knutsford Blvd., 6th floor
(CPostal 429)
Kingston 10 Tel: 764-0815

MÉXICO, Ellis J. Juan

Avda. Paseo de la Reforma 222, piso 11
Colonia Juárez
Delegación Cuauhtémoc
06600 México, D.F. Tel: 9138-6200

NICARÁGUA, Mirna Liévano de Marques

Edificio BID
Boulevard Jean Paul Genie,
de la Rotonda 970 mts al oeste (M/D)
(CPostal 2512)
Managua Tel: 264-9080

PANAMÁ, Tomás Bermudez

Avda. Samuel Lewis, Obarrio
Torre HSBC, piso 14
(CPostal 0816-02900)
Panamá 5 Tel: 206-0900

PARAGUAI, Hugo Flórez Timorán

Calle Quesada esq. Legión Civil
Extranjera
(CPostal 1209)
Asunción Tel: 616-2000

PERU, Fidel Jaramillo

Dean Valdivia 148-Piso 10
Centro Empresarial Platinum Plaza
San Isidro, Lima Tel: 215-7800

REPÚBLICA DOMINICANA, Manuel Labrado

Calle Luis F. Thomen esq. Winston
Churchill
Torre BHD, piso 10
(CPostal 1386)
Santo Domingo Tel: 784-6400

SURINAME, Marco Carlo Nicolás

Peter Brunetlaan 2-4
Paramaribo Tel: 52-1201

TRINIDAD E TOBAGO

Iwan P. Sewberath Misser

17 Alexandra Street, St. Clair
(CPostal 68)
Port of Spain Tel: 822-6400

URUGUAI, Tracy A. Betts

Rincón 640 esq. Bartolomé Mitre
(CPostal 5029)
11000 Montevideo Tel: 915-4330

VENEZUELA, Rocío Medina-Bolívar

Av. Venezuela, Torre Principal
Banco Bicentenario Piso 3,
El Rosal, Caracas 1060 Tel: 955-2900

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Ricardo R. Carciofi

Calle Esmeralda 130, pisos 16 y 17
(Casilla de correo 181, Sucursal 1)
Buenos Aires Tel: 4323-2350

ESCRITÓRIO NA ÁSIA

Tashihisa Ueda

Fukoku Seimei Building 16-F
2-2-2 Uchisaiwaicho, Chiyoda-ku
Tokyo 100-0011, Japan Tel: 3591-0461

ESCRITÓRIO NA EUROPA

Carlos M. Jarque

Banque interaméricaine de développement
66, Avenue d'Iéna
75116 Paris, France Tel: 40-69-31-00

Em 31 de dezembro de 2011

ANEXO V. DEZ ANOS DE OPERAÇÕES DO BID, 2002–2011

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
CAPITAL										
Subscrições (fim do ano)										
Capital Ordinário	100.951	100.951	100.951	100.953	100.953	100.953	100.938	104.980	104.980	104.980
Fundo para Operações Especiais	9.636	9.636	9.637	9.639	9.639	9.640	9.636	9.762	10.000	10.189
Outros fundos ¹	2.769	2.938	3.026	3.078	2.772	3.274	3.422	4.162	4.459	4.823
Total	113.356	113.525	113.614	113.670	113.364	113.867	113.996	118.904	119.439	119.872
CAPTAÇÃO DE RECURSOS²										
Saldo (fim do ano)	46.859	48.112	46.190	43.999	43.959	44.854	44.624	57.641	61.124	59.630
Captação anual bruta	9.340	9.109	4.710	4.937	5.419	6.089	11.069	17.886	13.719	6.798
OPERAÇÕES										
Empréstimos e garantias aprovados (acumulado)³										
Capital Ordinário ⁴	100.834	110.436	116.799	117.804	124.580	135.006	148.991	162.533	176.180	186.041
Fundo para Operações Especiais	15.774	16.652	17.391	17.486	18.257	18.525	18.519	18.870	19.054	19.204
Outros fundos ⁵	1.736	1.769	1.747	1.743	1.751	1.772	1.755	1.768	1.791	1.877
Total	118.344	128.857	135.937	137.033	144.588	155.303	169.265	183.171	197.025	207.122
Empréstimos e garantias aprovados (anual)⁶										
Capital Ordinário ^{4,6}	4.143	6.232	5.468	6.448	5.632	8.577	11.085	15.278	12.136	10.400
Fundo para Operações Especiais	406	578	552	410	605	152	138	228	297	181
Outros fundos ⁵	—	—	—	—	2	6	3	1	31	90
Total	4.549	6.810	6.020	6.858	6.239	8.735	11.226	15.507	12.464	10.671
Desembolsos de empréstimos (anual)⁷										
Capital Ordinário ⁴	5.522	8.416	3.768	4.899	6.088	6.725	7.149	11.424	10.341	7.902
Fundo para Operações Especiais	313	486	463	424	398	393	415	414	398	368
Outros fundos ⁵	2	—	1	5	3	6	44	13	34	—
Total	5.837	8.902	4.232	5.328	6.489	7.124	7.608	11.851	10.773	8.270
Amortização de empréstimos (anual)^{6,7}										
Capital Ordinário	4.106	7.279	5.199	5.224	8.615	5.265	4.740	4.542	5.598	4.601
Fundo para Operações Especiais	256	296	294	301	290	275	229	220	214	195
Outros fundos	13	12	9	5	3	4	4	5	5	6
Total	4.375	7.587	5.502	5.530	8.908	5.544	4.973	4.767	5.817	4.802
Saldo de empréstimos (anual)										
Capital Ordinário	47.958	50.655	49.842	48.135	45.932	47.954	51.173	58.049	63.007	66.130
Fundo para Operações Especiais	6.198	6.670	6.971	6.878	3.733	3.966	4.101	4.317	4.004	4.162
Outros fundos	118	104	98	94	94	96	126	135	156	142
Total	54.274	57.429	56.911	55.107	49.759	52.016	55.400	62.501	67.167	70.456
Operações não reembolsáveis aprovadas (anual)⁸										
Capital Ordinário	—	—	—	12	34	37	68	94	86	93
Fundo para Operações Especiais	36	30	36	36	28	34	43	33	36	—
Fundo Não Reembolsável do BID ⁹	—	—	—	—	—	50	50	122	251	241
Outros fundos	45	47	39	57	53	92	109	283	457	311
Total	81	77	75	105	115	213	270	532	830	645
Operações aprovadas do Fundo Multilateral de Investimentos (anual)¹⁰										
Total	99	69	116	114	125	135	178	119	122	108
ADMINISTRAÇÃO										
Despesas administrativas										
Total — Todos os Fundos do Banco	376	386	404	473	507	564	501	542	584	618

¹ Números sujeitos a revisão e auditoria. Os números finais estarão refletidos no Relatório anual de 2011.

² Inclui o Fundo Multilateral de Investimentos.

³ Captações de médio e longo prazos, líquidas de descontos não amortizados.

⁴ Valor líquido, menos cancelamentos. Inclui ajustes de transações de câmbio.

⁵ Valor líquido, não incluídas as participações de empréstimos sem garantia soberana.

⁶ Em 2009, inclui US\$ 800 milhões de empréstimos aprovados cancelados durante o ano.

⁷ Com base nos montantes originais, expressos em equivalentes em dólares dos EUA

⁸ Inclui financiamentos do Programa de Empreendedorismo Social, cooperações técnicas, programa especial, financiamentos não reembolsáveis para projetos específicos e outros financiamentos não reembolsáveis. Não inclui operações do Fundo Multilateral de Investimentos, que são apresentadas em separado.

⁹ Em 2010, não inclui US\$ 144 milhões em saldos de empréstimos a desembolsar, que foram transferidos do Fundo para Operações Especiais e convertidos em financiamentos não reembolsáveis.

¹⁰ Inclui cooperações técnicas, empréstimos e investimentos societários. Também inclui, aumentos em operações em curso.

ESTRUTURA SALARIAL DO PESSOAL INTERNACIONAL

(Em 31 de dezembro de 2011)

(Em dólares dos Estados Unidos)

Grau	Funções representativas	Mínimo	Máximo	Pessoal no nível de grau (%)	Grau/salário médio	Benefícios médios ¹
12	Apoio Administrativo	\$ 36.912	\$ 59.060	0,3	\$ 42.158	\$ 17.706
11	Assistente	41.109	65.775	2,3	50.502	21.211
10	Assistente Sênior	47.188	75.501	5,5	61.507	25.833
9	Coordenador Administrativo – Analista	58.522	87.783	3,6	72.279	30.357
8	Coordenador Administrativo – Analista Sênior	66.054	99.081	4,5	79.994	33.598
7	Associado	75.301	112.951	5,8	84.006	35.282
6	Associado Sênior	84.755	127.132	10,2	92.614	38.898
5	Especialista	94.914	142.371	16,5	104.392	43.845
4	Especialista Sênior	104.178	166.684	19,4	121.147	50.882
3	Especialista Líder/Consultor	118.403	189.446	17,3	147.391	61.904
2	Chefe de Unidade – Especialista Principal/Consultor Sênior	141.875	212.812	6,9	177.623	74.602
1	Chefe de Divisão – Líder Técnico Principal/Consultor Principal	162.106	235.054	3,7	201.733	84.728
R	Representante no País	162.106	250.218	1,4	198.094	83.199
E5	Gerente de Setor	200.174	250.218	1,3	230.167	96.670
E4	Chefe de Escritório Independente	225.353	281.691	0,1	278.034	116.774
E3	Gerente Geral	256.004	320.005	1,0	288.333	121.100
E2	Vice-Presidente	274.358	329.229	0,3	311.206	130.706
E1	Vice-Presidente Executivo	292.257	350.708	0,1	350.708	147.297
P	Presidente	—	428.792 ²	0,1	428.792	180.093

¹ Inclui férias anuais e licença médica, seguros de saúde, vida e incapacitação; benefícios acumulados de rescisão de vínculo empregatício e outros benefícios não salariais.

² Não inclui Subsídio Executivo no valor de US\$ 76.740.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Categoria	2009 Real	2010 Real	2011 Real
Conselho de Governadorea	\$ 4,0	\$ 3,3	\$ 4,0
Conselho de Diretores Executivos	19,2	20,0	20,1
Escritório de Avaliação	7,2	7,1	7,1
Mecanismo independente de consulta e investigação (MICI)	—	—	1,7
Escritórios nacionais e Sede	482,8	524,2	552,4
Bruto administrativo total^{1,2,3,4,5}	513,2	554,6	585,3
Reembolso de fundos administrados e CII	(4,0)	(4,1)	(5,6)
Reembolsos MIF e INTAL, Receita administrativa	(5,2)	(5,8)	(4,6)
Líquido administrativo total	504,0	544,7	575,1
Capital	25,9	41,9	29,8
Líquido administrativo total e Capital	\$529,9	\$586,6	\$604,9

¹ Não inclui depreciação de US\$ 20,7 milhões, US\$ 22,6 milhões e US\$ 24,8 milhões em 2009, 2010 e 2011, respectivamente.

² Inclui um aumento em custos de benefício pós-aposentadoria pagos antecipadamente de US\$ 9 milhões e US\$ 2,6 milhões em 2009 e 2010, respectivamente; não inclui uma redução nos custos de benefício pós-aposentadoria pagos antecipadamente de US\$ 4,7 milhões em 2011.

³ Não inclui despesas de US\$ 4 milhões em 2009, relacionadas aos anos anteriores.

⁴ Quando aplicável, não inclui US\$ 14,2 milhões, US\$ 2,4 milhões e US\$ 4,1 milhões de despesas de reorganização, a Inter-American Culture and Development Foundation (Fundação Interamericana de Cultura e Desenvolvimento), o 50o aniversário do BID, perda devido à disposição de ativos fixos e gastos de projeto de capital não capitalizado em 2009, 2010 e 2011, respectivamente.

⁵ Inclui despesas pagas antecipadamente de US\$ 5,5 milhões, US\$ 2,2 milhões e US\$ 1,8 milhão em 2009, 2010 e 2011, respectivamente.

PRINCIPAIS FUNCIONÁRIOS

Presidente	Luis Alberto Moreno
Vice-Presidente Executiva	Julie T. Katzman
Vice-Presidente de Países	Roberto Vellutini
Vice-Presidente de Setores e Conhecimento	Santiago Levy Algazi
Vice-Presidente de Finanças e Administração	Jaime Alberto Sujoy
Vice-Presidente do Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana	Steven J. Puig
Gerente Geral e Economista-Chefe a.i., Departamento de Pesquisa	Eduardo Lora
Gerente Geral, Departamento de Países do Cone Sul	Carlos Hurtado López
Gerente Geral, Departamento de Países do Grupo Andino	Veronica Zavala
Gerente Geral, Departamento de Países da América Central, México, Panamá e República Dominicana	Gina Montiel
Gerente Geral, Departamento de Países do Caribe	Gerard S. Johnson
Gerente Geral, Departamento de País do Haiti	José Agustín Aguerre
Secretário	Germán Quintana
Diretor Jurídico a.i.	John Scott
Chefe de Gabinete da Presidência	Luis Alberto Giorgio
Assessor-Chefe da Vice-Presidente Executiva	Juan Pablo Bonilla
Gerente Geral e Diretor Financeiro, Departamento Financeiro	Edward Bartholomew
Gerente Geral e Diretor de Eficácia no Desenvolvimento, Escritório de Planejamento Estratégico e Eficácia no Desenvolvimento	Luis Estanislao Echebarría
Gerente Geral, Departamento de Orçamento e Serviços Administrativos	Yeshvanth Edwin
Gerente Geral, Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo	Hans Schulz
Gerente Geral, Departamento de Recursos Humanos	Claudia Bock-Valotta
Gerente Geral e Diretor de Informática, Departamento de Tecnologia da Informação	Simon Gauthier
Gerente Geral Escritório do Fundo Multilateral de Investimentos	Nancy Lee
Auditor Executivo a.i.	Enrique Rodríguez
Assessor, Departamento de Relações Externas	George de Lama
Assessor, Setor de Infraestrutura e Meio Ambiente	Alexandre Meira da Rosa
Gerente, Setor Social	Kei Kawabata
Gerente, Setor de Capacidade Institucional e Finanças	Ana Maria Rodriguez-Ortiz
Gerente, Setor de Integração e Comércio	Antoni Estevadeordal
Gerente, Setor de Conhecimento e Aprendizagem	Graciela Schamis
Gerente, Setor de Oportunidades para a Maioria	Luiz Ros
Assessor, Escritório de Parcerias Estratégicas	Bernardo Guillamón
Assessor, Escritório de Gestão de Risco e Executivo-Chefe de Risco	Gustavo De Rosa
Chefe, Escritório de Integridade Institucional	Brigida Benítez

Em 31 de dezembro de 2011

GOVERNADORES E GOVERNADORES SUPLENTE

País	Governador	Governador Suplente
ALEMANHA	Gudrun Kopp	Martin Dippl
ARGENTINA	Hernán Lorenzino	Mercedes Marcó del Pont
ÁUSTRIA	Maria Fekter	Edith Frauwallner
BAHAMAS	Zhivargo S. Laing	Ehurd Cunningham
BARBADOS	Christopher Peter Sinckler	Grantley W. Smith
BÉLGICA	Steve Vanackere	Franciscus Godts
BELIZE	Dean Barrow	Joseph Waight
BOLÍVIA	Elba Viviana Caro Hinojosa	Luis Alberto Arce Catacora
BRASIL	Miriam Aparecida Belchior	Carlos Augusto Vidotto
CANADÁ	John Baird	James Haley
CHILE	Felipe Larraín	Julio Dittborn
CHINA	Xiaochuan Zhou	Yi Gang
COLÔMBIA	Juan Carlos Echeverry Garzón	Hernando José Gómez Restrepo
REPÚBLICA DA COREIA	Jaewan Bahk	Choongsoo Kim
COSTA RICA	Fernando Herrera Acosta	Rodrigo Bolaños Zamora
CROÁCIA	Dalic Martina	Zdravko Maric
DINAMARCA	Susan Ulbæk	Thomas Djurhuus
EL SALVADOR	Alexander E. Segovia Cáceres	Carlos Enrique Cáceres Chávez
EQUADOR	Patricio Rivera Yánez	Jeannette Sánchez Zurita
ESLOVÊNIA	Franc Krizanic	Mitja Mavko
ESPANHA	Elena Salgado	José Manuel Campa Fernández
ESTADOS UNIDOS	Timothy F. Geithner	Robert D. Hormats
FINLÂNDIA	Anne Sipiläinen	Jorma Julin
FRANÇA	François Baroin	Ramón Fernández
GUATEMALA	Alfredo Del Cid Pinillos	Edgar Baltazar Barquín Durán
GUIANA	Ashni Kumar Singh	
HAITI	André Lemerrier Georges	Jude Hervey Day
HONDURAS	William Chong Wong	María Elena Mondragón Ordóñez
ISRAEL	Stanley Fischer	Oded Brook
ITÁLIA	Mario Monti	Ignazio Visco
JAMAICA	Audley Shaw	Wesley Hughes
JAPÃO	Jun Azumi	Masaaki Shirakawa
MÉXICO	José Antonio Meade Kuribreña	Gerardo Rodríguez Regordosa
NICARÁGUA	Alberto J. Guevara Obregón	Manuel Coronel Novoa
NORUEGA	Ingrid Fiskaa	Aud Lise Nordheim
PAÍSES BAIXOS	Ben Knapen	Yoka Brandt
PANAMÁ	Frank De Lima G.	Mahesh C. Khemlani
PARAGUAI	Dionisio Borda	Manuel Vidal Caballero Giménez
PERU	Luis Miguel Castilla Rubio	Carlos Augusto Oliva Neyra
PORTUGAL	Vitor Gaspar	Maria Luís Albuquerque
REINO UNIDO	Andrew Mitchell	Alan Duncan
REPÚBLICA DOMINICANA	Daniel Toribio	Juan T. Montás
SUÉCIA	Johan Borgstam	Per Örneus
SUÍÇA	Beatrice Maser Mallor	Sybille Suter
SURINAME	Gillmore Hoefdraad	Adelien Wijnerman
TRINIDAD E TOBAGO	Winston Dookeran	Bhoendradatt Tewarie
URUGUAI	Fernando Lorenzo	Luis Porto
VENEZUELA	Jorge A. Giordani C.	Alí Rodríguez Araque

Em 31 de dezembro de 2011

DIRETORES EXECUTIVOS E DIRETORES EXECUTIVOS SUPLENTE

			Número de votos	Porcentagem votos
Yasuhiro Atsumi, JAPÃO Gerry Duffy (Substituto), REINO UNIDO	Eleito por: Croácia Japão Coreia, República da	Portugal Eslovênia Reino Unido	511.113	6,105
Mattia Adani, ITÁLIA Ulrike Metzger (Substituto), ALEMANHA	Eleito por: Bélgica China Alemanha Israel	Itália Holanda Suíça	426.523	5,092
Gustavo Arnavat, ESTADOS UNIDOS Vago (Substituto), ESTADOS UNIDOS	Indicado por: Estados Unidos		2.512.664	30,006
Adina Bastidas, VENEZUELA Antonio De Roux (Substituto), PANAMÁ	Eleito por: Panamá	Venezuela	518.658	6,194
Richard Bernal, JAMAICA Kurt Kisto (Substituto), TRINIDAD E TOBAGO	Eleito por: Bahamas Barbados Guiana	Jamaica Trinidad e Tobago	126.574	1,511
Marcelo Bisogno, URUGUAI Luis Hernando Larrazábal (Substituto), BOLÍVIA	Eleito por: Bolívia Uruguai	Paraguai	205.291	2,452
Eugenio Díaz-Bonilla, ARGENTINA Martín Bès (Substituto), ARGENTINA	Eleito por: Argentina	Haiti	936.545	11,184
Alejandro Foxley Tapia, CHILE Xavier Eduardo Santillán (Substituto) EQUADOR	Eleito por: Chile Equador		295.653	3,530
Carmen María Madrí, COSTA RICA Vago (Substituto)	Eleito por: Belize Costa Rica El Salvador	Guatemala Honduras Nicarágua	202.692	2,420
Vago Sérgio Portugal (Substituto), BRASIL	Eleito por: Brasil	Suriname	907.766	10,840
Cecilia Ramos Ávila, MÉXICO Muriel Alfonseca (Substituto) REPÚBLICA DOMINICANA	Eleita por: República Dominicana México		627.122	7,489
María Pérez Ribes, ESPAÑA Orla Bakdal (Substituto), DINAMARCA	Eleita por: Áustria Dinamarca Finlândia França	Noruega Espanha Suécia	400.427	4,783
Roberto Prieto Uribe, COLÔMBIA Juan Valdivia Romero (Substituto), PERU	Eleito por: Colômbia Peru		367.878	4,393
Vinita Watson, CANADÁ Carol Nelder-Corvari (Substituto), CANADÁ	Eleita por: Canadá		335.022	4,001
TOTAL			8.373.928	100,00*

Escritório de Avaliação e Supervisão
Cheryl W. Gray, Diretora

Em 31 de dezembro de 2011

* Devido ao arredondamento, os totais podem não corresponder exatamente à soma das parcelas.

ÓRGÃOS DE LIGAÇÃO E DEPOSITÁRIOS

País membro	Órgão de ligação	Depositário
ALEMANHA	Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento	Deutsche Bundesbank
ARGENTINA	Ministério de Economia	Banco Central de la República Argentina
ÁUSTRIA	Ministério Federal de Finanças	Österreichische Nationalbank
BAHAMAS	Ministério Federal das Finanças	Central Bank of The Bahamas
BARBADOS	Ministry of Economic Development	Central Bank of Barbados
BÉLGICA	Ministère des Finances	Banque Nationale de Belgique
BELIZE	Ministry of Finance	Central Bank of Belize
BOLÍVIA	Banco Central de Bolivia	Banco Central de Bolivia
BRASIL	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Banco Central do Brasil
CANADÁ	International Financial Institutions, Multilateral Programs Branch, Canadian International Development Agency	Bank of Canada
CHILE	Ministerio de Hacienda	Banco Central de Chile
CHINA	Banco Popular da China	People's Bank of China
COLÔMBIA	Ministerio de Hacienda y Crédito Público	Banco de la República
REPÚBLICA DA COREIA	Ministério de Estratégia e das Finanças	Bank of Korea
COSTA RICA	Ministério de Relações Exteriores	Banco Central de Costa Rica
CROÁCIA	Ministério da Fazenda	National Bank of Croatia
DINAMARCA	Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional (DANIDA)	Danmarks Nationalbank
EL SALVADOR	Secretaría Técnica de la Presidencia	Banco Central de Reserva de El Salvador
EQUADOR	Ministério da Economia e Finanças	Banco Central del Ecuador
ESLOVÊNIA	Ministério das Finanças	Bank of Slovenia
ESPANHA	Subdirección General de Instituciones Financieras Multilaterales, Ministerio de Economía	Banco de España
ESTADOS UNIDOS	Treasury Department	Federal Reserve Bank of New York
FINLÂNDIA	Ministério das Relações Exteriores	Bank of Finland
FRANÇA	Ministère de l'Économie, des finances et de l'industrie	Banque de France
GUATEMALA	Banco de Guatemala	Banco de Guatemala
GUIANA	Ministry of Finance	Bank of Guyana
HAITI	Banque de la République d'Haïti	Banque de la République d'Haïti
HONDURAS	Banco Central de Honduras	Banco Central de Honduras
ISRAEL	Banco de Israel	Bank of Israel
ITÁLIA	Ministério da Economia e Finanças	Banca d'Italia
JAMAICA	Ministry of Finance and Planning	Bank of Jamaica
JAPÃO	Ministério das Finanças	Bank of Japan
MÉXICO	Secretaría de Hacienda y Crédito Público	Banco de México
NICARÁGUA	Ministerio de Hacienda y Crédito Público	Banco Central de Nicaragua
NORUEGA	Real Ministério Norueguês das Relações Exteriores	Bank of Norway
PAÍSES BAIXOS	Ministério das Finanças	De Nederlandsche Bank N.V.
PANAMÁ	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Nacional de Panamá
PARAGUAI	Banco Central del Paraguay	Banco Central del Paraguay
PERU	Banco Central de Reserva del Perú	Banco Central de Reserva del Perú
PORTUGAL	Ministério das Finanças e da Administração Pública	Banco de Portugal
REINO UNIDO	Department for International Development	Bank of England
REPÚBLICA DOMINICANA	Banco Central de la República Dominicana	Banco Central de la República Dominicana
SUÉCIA	Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional	Sveriges Riksbank
SUÍÇA	Office fédéral des affaires économiques extérieures	Banque Nationale Suisse
SURINAME	Ministério das Finanças	Central Bank van Suriname
TRINIDAD E TOBAGO	Central Bank of Trinidad and Tobago	Central Bank of Trinidad and Tobago
URUGUAI	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Central del Uruguay
VENEZUELA	Ministerio de Planificación y Desarrollo	Banco Central de Venezuela

Em 31 de dezembro de 2011

O Relatório Anual é produzido pelo Escritório de Relações Externas do BID.

Editor geral: John Ferriter

Editor assistente: Norma Rivera

Coordenador de design do BID: Dolores Subiza

Design e fotocomposição: FCI Communications, Inc.

Créditos pelas fotos: Capa, cortesia da Secretaría de Comunicaci3n Social de la Presidencia e MIFAPRO, Guatemala; p3gina iv, Rafael 3lvarez; p3gina 3, Cole33o de fotos do BID; p3gina 4 e 5, Arlette Pedraglio; p3gina 6, Alejandro 3lvarez Fern3ndez; p3gina 9, Cole33o de fotos do BID; p3gina 10, Daniel Gruener; p3gina 12, Oswaldo Rivas; p3gina 13, cortesia da VisionSpring Inc., p3gina 15, Cole33o de fotos do BID; p3gina 21,

Pedro Accioly, Coopecon; p3gina 22, Alejandro 3lvarez Fern3ndez; p3gina 24, Cole33o de fotos do BID; p3gina 25, Mark, L. Steed; p3gina 26, Daniel Gruener; p3gina 29, Mia Harbitz; p3gina 30, cortesia do Mi Banco, Peru; p3gina 32, cortesia da Spark Media, Inc.; p3gina 34, Arlette Pedraglio; p3gina 36, Alejandro 3lvarez Fern3ndez; p3gina 38, Oswaldo Rivas; p3gina 39, Cole33o de fotos do BID.

Este Informe est3 dispon3vel em www.iadb.org.



Impreso em papel reciclado



www.iadb.org

ISSN: 0253-6048